

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 197 • Março/Abril de 1985

Juventude



**El Salvador:
Os Cristãos e a Revolução**

**Constituinte:
Para quê e para quem?**

cartas cartas cartas cartas cartas cartas

Sou leigo, Agente de Pastoral, moro e trabalho numa favela de 13 mil habitantes, onde mais de 7 mil são como eu neste País, vítima do desemprego. Muitos de nós sobrevivem às custas de biscoates.

Desenvolvo, aqui junto à paróquia local, um trabalho de Pastoral, onde também não temos recursos para quase nada, no que diz respeito a subsídios, etc.

Aqui trabalhamos entre Agricultores vindos recentemente do interior. Operários, Jovens, Movimentos Populares, Catequese, Associação de Moradores, Grupos de Evangelização.

Lutamos juntos pela construção de uma Nova Sociedade, pela edificação do Reino de Deus. Enfrentamos muitas dificuldades, mas, a esperança e a força que o Evangelho, o Cristo nos dá, faz a gente ter coragem de continuar lutando.

A revista Tempo e Presença e o Boletim Aconteceu, tem ajudado muito na caminhada, abrindo novos horizontes para enxergar melhor a realidade e o caminho que nos conduz à Terra Prometida.

Fraternamente,
Francisco Siqueira
Pedrosa,
Fortaleza - CE.



Creio que o CEDI é um organismo importantíssimo pela contribuição que vem dando ao ecumenismo e às lutas de toda uma sociedade pela construção de um mundo melhor. Os assuntos abordados nas publicações são atuais e respondem às necessidades básicas de quem tem uma visão cristológica de um mundo que passa por constantes transformações.

Como contribuição, gostaria de sugerir duas coisas: 1) que se abrisse um espaço para publicação de trabalhos escritos por leigos, pois tem muita gente por ai com idéias maravilhosas para serem divulgadas; 2) o CEDI deveria realizar palestras, seminários, debates e conferências em outros estados da federação. Ou seja, toda essa riquíssima atividade política que o Centro exerce deveria atingir também outros centros fora do eixo Rio-São Paulo. Aqui no DF, por ex., sinto um isolamento angustiante em relação a contato com a criação filosófica e política que acontece por aí. Desejo a todos os companheiros da equipe que continuem com essa disposição para o trabalho.

Atenciosamente,
Jonadab Alves
de Oliveira,
Taguatinga - DF



CESE e CONIC ajuntaram seus esforços objetivando com isso redinamizar a prática ecumênica no Brasil. Por que reativar a prática ecumênica no Brasil? O objetivo maior tem um conteúdo bem libertador. Partimos do seguinte pressuposto, que tem um conteúdo verdadeiro, de que uma maior unidade entre as igrejas fortemente institucionalizadas, bem como uma maior articulação entre grupos ecumênicos como Cedi, UCBC, Cesep, Aste, Iser, Conic, Cese, Cebi, concorrerão para o avanço dos diferentes grupos populares.

Por que uma maior unidade entre as Igrejas concorrerá para o avanço dos grupos populares em sua luta de libertação? Não se pode negar hoje a tremenda influência da Igreja junto aos diversos grupos populares, associações de classe, etc. Não se pode negar que uma parcela ponderável dos grupos populares e entidades de apoio a estes grupos recebem apoio financeiro de agências nacionais ou internacionais ligadas às Igrejas. Não se pode negar que há um número razoável de cristãos autênticos, assumidos, exercendo lideranças efetivas em vários setores dos movimentos populares. Por outro lado não se pode negar as sérias dificuldades que alguns grupos populares e algumas pessoas ligadas aos movimentos populares estão enfrentando junto às suas Igrejas, por incompreensão por parte destas dos objetivos incontestavelmente humanos que estes grupos e movimentos populares estão levando.

Ora, iniciar um processo de conscientização junto às cúpulas das igrejas, representa uma tarefa longa, talvez, penosa, contudo de alto sentido libertador.

Estamos ainda em fase de planejamento. Em princípio, como Cese e Conic, estamos apresentando, inicialmente os seguintes passos:

- a) Encontro dos grupos ecumênicos: Iser, Cedi, Cesep, Aste, Cebi, UCBC, Cese e Conic. Possivelmente haverá um segundo encontro onde acrescentaremos Ibrades, Cimi, GTME, Ceris, Etc.
- b) Encontro dos responsáveis pela área social das Igrejas-membros do Conic e Cese.
- c) Encontro dos responsáveis pela área de ecumenismo das Igrejas-membro do Conic e Cese.

Certamente a estas alturas idéias e planos já terão surgido. Certamente já estaremos nos articulando melhor com os movimentos populares. O grande problema que vejo é como ajudar as Igrejas fortemente institucionalizadas e bem estruturadas a não transformar os movimentos populares em sua imagem e semelhança. É nosso desejo ardente que a prática ecuménica riquíssima hoje praticada entre os diversos grupos do movimento popular possa encontrar junto às Igrejas dinâmicas parceiros de libertação.

Por isso dissemos, a inicio, que uma maior unidade entre as diversas Igrejas favorecerá, espero, um fortalecimento dos movimentos populares a caminho de sua libertação.

Mas os nossos planos para reativar a prática ecumênica no Brasil não páram ai. Após reunir os responsáveis pela área ecumênica e social, é plano convencer a estes representantes a convidar seus colegas das respectivas Igrejas na América Latina e todos da América Latina convidar os colegas do Terceiro Mundo. E para isso já temos, em princípio, apoio do Departamento de Participação das Igrejas no Desenvolvimento do Conselho Mundial de Igrejas.

Fui eleito membro da Comissão do Programa de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de Igrejas em julho/84 e em agosto/84, fui empossado, juntamente com outros 18 conselheiros titulares e mais 19 suplentes, membro do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo (gabinete do Governador). O Conselho é suprapartidário, interconfessional. Temos conselheiros peemedebistas, petistas e pedetistas, Pai-de-Santo, Pastor, Educador, Comunitário, Economista, Advogado, etc.

Em minha militância, tenho me revelado contra aquilo que tenho chamado de "Destino Histórico para a Miséria". Por que a miséria tem que estar sempre onde o negro está? Por que as coisas ruins devem estar sempre aliadas à comunidade negra? Por que tem ser assim? Estamos lutando e lutando de maneira organizada, articulada. Temos hoje gente pesquisando a situação da comunidade negra para preparo de teses de mestrado e doutorado. Isso para dizer que enquanto os (as) professores (as) negros (as) atendem a um requisito acadêmico, prestam um grande favor à comunidade negra, ajudando-a a se conhecer melhor, capacitando-a assim para melhor lutar por sua libertação. Temos hoje negras e negros visitando outros países e procurando estabelecer articulações, objetivando com isso melhor condições para levar a sua luta de libertação. Temos hoje um grupo de negros que entendem que pouco ou nada se conseguirá se não chegarmos ao centro de decisão. Sem poder, nada se consegue. Já passou a época do discurso ressentido.

Um abraço,

Rev. Antonio Olímpio
de Sant'Anna,
Piracicaba-SP.

As cartas para a revista Tempo e Presença devem ser enviadas, aos cuidados do editor, para o CEDI - Av. Higienópolis, 983 - CEP: 01238 - São Paulo - SP.

tempo e presença

CEDI
Número 197
Março/Abril de 1985

CEDI
Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliva,
Jether Pereira Ramalho,
José Oscar Beozzo,
Rubem Alves,
Zwinglio Mota Dias.

Editores
Luiz Roncari
José Ricardo Ramalho
Derme Azevedo

Produção e Diagramação
Sérgio Alli

Revisão
Sagariana Editora Ltda.
Av. Nazaré Paulista, 146, sala 4
05448 - São Paulo - SP

Composição e Impressão
Cia. Editora Jorùès

Foto de capa: Assembléia dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo durante a greve de 1980.

Selo da Constituinte feito a partir de foto de Sérgio Berezovsky / Colaboração do DEDOC / EDITORA ABRIL

Preço do exemplar avulso:
Cr\$ 3.000
Números atrasados:
Cr\$ 2.000

editorial

Juventude

Luiz Roncari

No Brasil se morre cedo, por isso somos um país de jovens. Bem poucos chegam à velhice, e quanto mais pobre, menos chance. Neste caso, quando chega, se pergunta em que condições, físicas e financeiras. Se entre as elites, chegar à velhice, em muitos aspectos, é chegar à plenitude intelectual, profissional, familiar, financeira etc, os das camadas populares que conseguiram sobreviver e se arrastar, passando por todos os percalços, das endemias aos acidentes no emprego, chegam à ela deperecidos, carcomidos, atacados por todos os lados pela debilidade adquirida pelas más condições de vida, trabalho e alimentação.

Chega-se sem dentes, obrigados a se contentarem com a sopa ralhinha, pois, quando têm condições de porem dentadura, ela só serve para sorrir, se mastigar, machuca mais que sapato apertado. Parodiando a história do sapato, no caso da dentadura, boca de pobre não tem tamanho... E vai se viver do que? Da aposentadoria do INPS? Dá para alguma coisa? O mais certo é virar um peso nas costas do filho ou da filha, se este aceitar e não botar logo no asilo.

Por isso somos um país de jovem, que certos discursos querem associar como sendo da esperança. Pelo último recenseamento, 50 por cento da população brasileira tem menos de vinte anos e um número ínfimo ultrapassa os 60. O que quer dizer que morremos cedo, que a grande maioria não chega à aposentadoria. É esta a razão de, neste editorial, ao invés de falar do jovem, que seria o certo, num número sobre a juventude, só acabei falando da velhice. É que não podemos falar de um sem tocar no outro, o jovem que não tem a perspectiva da velhice só pode desesperar, do menor ao maior abandonado, ou inverter a situação, pois, a continuar como está, é quase o caso de se dizer: Deus me livre dessa!

Uma pausa por Tancredo



De repente, fez-se mais uma pausa de dor entre tantas dores e o Brasil curvou-se diante da esperada/inesperada morte de Tancredo Neves. Nele haviam sido depositadas como num altar, como lembra Rubem Alves, as esperanças de uma Nação. E, objetivamente, esta Nação sentiu-se órfã. Mas o primeiro grito que se ouviu, em frente ao Instituto do Coração, na fria noite do 21 de abril, em São Paulo, foi o que já erguera na Sé, na Candelária, nas praças de todo o país: Diretas-Já.

Importa manter bem levantada essa bandeira. Urge reforçar o cimento das desesperanças/esperanças deste povo e caminhar para novos dias de justiça. Nestes anos recentes, vozes de homens como Teotônio Vilela e Tancredo Neves juntaram-se a milhões de gritos anônimos e não recolhidos pelos meios de comunicação. Se estamos comprometidos com o homem novo e a nova sociedade, vamos juntar todas as vozes e continuar caminhando. O tom para essas vozes, vamos buscá-lo nas fábricas do ABC, nas estradas nordestinas e nas clareiras da violada Amazônia.

São Paulo, 21 de abril de 1985

Juventude

- 4 QUERO FRÁTRIA
Milton Quintino
- 6 POLÍTICA, RAZÃO E PRAZER
Eder Sader
- 8 NOVAS PRÁTICAS NAS IGREJAS EVANGÉLICAS
Flávio Irala
- 9 Subsídios à Pastoral da Juventude no Brasil
CRIATIVIDADE, GARRA E VITALIDADE
Documento apresentado à 23.ª Assembleia da CNBB
- 12 A VOLTA DO ARADO
Rubem Alves
- 14 A JOC E A ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE TRABALHADORA
Constituinte
- 15 PARA QUÊ E PARA QUEM?
Frei Betto
- 16 América Central
- 18 Entrevista de Astor Ruiz, da Igreja Popular de El Salvador, a
Dermei Azevedo:
"ESTAMOS REDESCOBRINDO O ÉXODO"
- 20 Entrevista de José Antonio Cabrera, da FLMN/FDR a Dermei Azevedo:
"AS POSSIBILIDADES DE UM TRIUNFO SÃO REAIS"
Biblia Hoje
- 22 ÉXODO
Milton Schwantes
- 23 Livros
"O VATICANO E O GOVERNO REAGAN"
Poesia
- 24 UM SEBASTIÃO, LAVRADOR
Carlos Rodrigues Brandão

Quero Fraternia

Milton Quintino

O Secretário Geral projeta, a Europa se arma.
O Comitê discute, o Iraque explode.
A ONU aprova... e o mundo obedece.
Ano Internacional da Juventude:
Participação, Desenvolvimento, Paz.

Os Anos Internacionais (Mulher, Criança, Deficiente, Idoso) foram instituídos pela Organização das Nações Unidas com o objetivo de colocar em destaque a participação de grupos específicos na consecução dos objetivos do organismo: a cooperação internacional para o desenvolvimento das nações e a paz mundial.

Em dezembro de 1979, a Assembléia Geral da ONU (34º período de sessões) estabeleceu um Comitê Assessor formado por 23 Estados Membros, com vistas à planificação do Ano Internacional da Juventude. Houve divergências entre os grupos regionais quanto à distribuição dos postos, o que levou a uma segunda decisão, no ano seguinte, estabelecendo o número de componentes em 24.

A primeira reunião do Comitê Assessor aconteceu em Viena, no período entre 30 de março e 7 de abril de 1981. Além dos componentes do Comitê (entre eles, EUA e URSS), participaram da reunião mais de vinte Estados Membros como observadores (inclusive o Brasil), a Santa Sé, a OLP, a UNESCO e a OIT, órgãos assessores da ONU e trinta e tantas organizações reconhecidas como entidades consultivas (da ACM à União Internacional de Juventudes Socialistas). Para a ocasião, a Secretaria Geral preparou um projeto de

programa que considerava todas as propostas dos Estados Membros da ONU, desde 1978, encarregando o Centro de Desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários de apresentá-lo.

Pois bem, o Comitê Assessor debatou e aprovou o projeto, criando um Grupo de Trabalho, que definiu um programa concreto de Medidas e Atividades. Ficou estabelecido o cronograma de aplicação do programa (1982-1985) e de avaliação do trabalho (1985). O Programa, como resultado, é rico e contraditório. "Só" ... lhe falta o sopro de vida: as nações não são unidas nem entre, nem dentro de si.

Talvez seja ingenuidade pretender que o fossem... mas, engano maior seria abordar o tema "Juventude" da perspectiva institucional de um organismo político-diplomático com as características da ONU. Tanto mais porque as relações entre Juventude e Nação podem ser muito mais críticas do que imaginam alguns diplomatas.

Os Portugais morram à míngua?

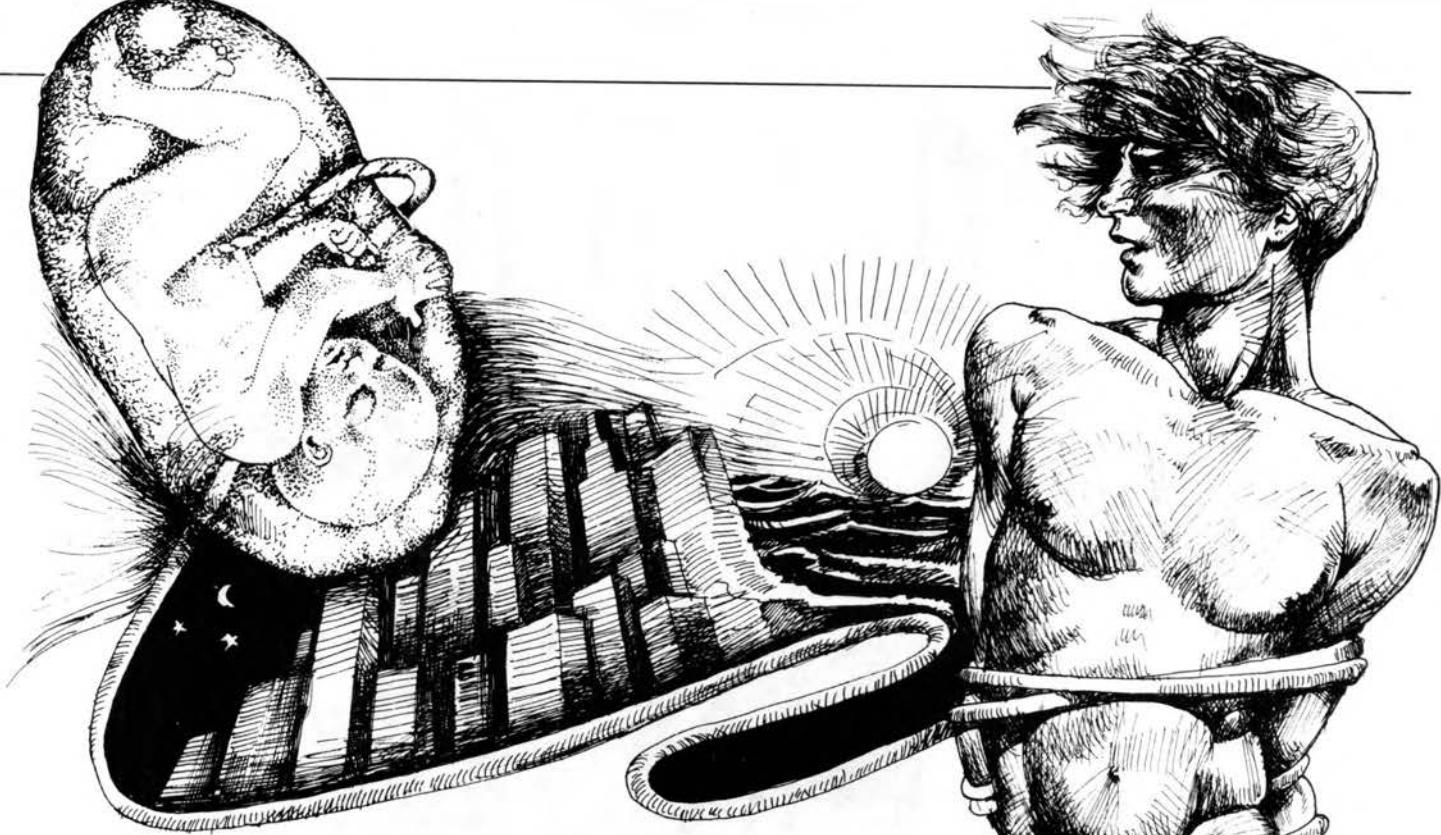
A juventude pode ser um símbolo, um valor, uma atitude. Ela pode virar mito. Do que ela vai, cada vez mais, distanciando-se é de estrato cronológico (os estatísticos da ONU que me perdoem). Em 1962, E. Morin já discutia,

no interior da cultura de massa, "uma degerontocratização a que corresponde uma pedocratização" (paidós-criança). Noutras palavras, uma valorização da juventude em detrimento da velhice. Por esse processo, a juventude enquanto valor se projeta até os "30, 40, 50 anos (...) e eis o adulto juvenil". A antiga juventude — a dos "jovens" — se faz adolescência.

Morin destaca que "há na cultura de massa uma zona central com desaparecimento dos pais. (...) A decadência da imagem do pai e da mãe se dá em benefício, de um lado, de grandes autoridades paternais-maternais, como a Nação, que é o Estado-pai e Pátria-mãe, a Igreja, até mesmo o partido, e de outro lado, os modelos da cultura de massa".

Não há como aprofundar aqui esta discussão (seria bom que fosse feita de outra maneira). Mas o que ela levanta é que a virtual ascendência da juventude à gestão social, ou ao campo da disputa hegemônica nas instituições sociais, acontece num marco de crise dos sistemas interpretativos e referenciais.

O impacto psico-social desse tempo, em que a adesão ao movimento importa mais que a experiência acumulada, pode ser cotejado com alguns períodos históricos em que a contradição eclodiu abertamente.



Em 1920, por exemplo, Lenin, falando às juventudes comunistas, levantava a questão do que se deveria tomar do conhecimento acumulado pela humanidade, mesmo sabendo que esse conhecimento tinha sido produzido ou transmitido pela velha escola que, segundo ele, "forjava os dóceis criados de que necessitavam os capitalistas".

Dez anos depois, na Europa, Lukács vai imputar a Bloch, W. Benjamin e outros a responsabilidade pelo advento do nazismo, "por terem arriscado mergulhar no torvelinho do movimento, do delírio, da dissolução".

Os acontecimentos de 1968 na Europa, mais proximamente, o ressurgimento fortalecido da sedução libertária e da tentação fascista são evidências de uma civilização em acelerada transformação — dividida pela exploração econômica, interligada pelo planetarismo da cultura de massa. Analfabetismo e informatização convivendo na mesma nação.

A dois passos do paraíso

Houve algum tipo de avanço, de superação na contradição movimento/instituição, da geração passada a esta? Subsiste a pretensão leninista de construir uma sociedade nova com sujeitos históricos "fiéis depositários da herança", do acervo cultural humano?

Que caminho fértil pode surgir entre o cético juvenilismo e a revolta política canonizada?

Não são dirigentes políticos, professores, padres os mais recentes filósofos populares a influenciar jovens-adolescentes e adultos-juvenis. Blitz, dancerias, Menudo, Gugu Liberato, Marcelo Paiva, academias de ginástica formam nossos pais, filhos e irmãos.

Se é verdade que se retomam hoje os princípios que constituíram a modernidade, ou que "a cultura contemporânea continua a avançar rumo ao coração da escuridão" — e creio que seja — qual é a forma de sociedade, qual é o tipo de autoridade, qual é a juventude sem-pátria-nem-mátria que realizará a fraternidade?

Milton Quintino é metodista, publicitário e jornalista.

Referências:

- ONU** — Informe do Secretário Geral A/36/215 e Anexos — Ano Internacional da Juventude (pode ser obtido na Biblioteca do Centro de Informações da ONU no Brasil-RJ).
MORIN, Edgar — Cultura de massas no século XX — Ed. Forense, 3^a ed., RJ, 1975, pp. 132-141.
LENIN, V.I. — Cultura e Revolução Cultural — Civ. Brasileira, — 1^a ed., RJ, 1968, pp. 94 e 100
PEIXOTO, Nelson B. — A sedução da barbárie — Brasiliense, 1^a ed., SP, 1982
VELOSO, Caetano — Velô, Polygram, 1984



POLÍTICA

RAZÃO E PRAZER

Pensar na relação entre juventude e política em 1968 e hoje é, de saída, evocar duas imagens perfeitamente diferenciadas.

As imagens que me vêm quando penso na relação entre juventude e política em 1968 são bem nitidas, porque, de certo modo, essa relação está posta pela própria imagem. Quero dizer: em 68, juventude e política apareciam como figuras que se remetiam mutuamente uma a outra. Vêm as imagens de estudantes em passeata, assembleias universitárias, reuniões conspirativas, livros de Mao Tse-tung, Marx, Lenin, Debray, afiches do Che. Não quero dizer que todo jovem fosse esquerdista ou mesmo politizado. Mas esse modelo do rebelde que lia a sociedade através do marxismo e se orgulhava de transcender sua individualidade através da projeção na vida pública, era um padrão posto para todos os jovens. Alienado era quem vivia nos limites da vida privada. O projeto de participar ativa e conscientemente de uma transformação radical do mundo era um ideal vivo posto naquela cultura.

Como disse, esse não é o retrato da maioria. Posso até dizer que correspondia mais a uma parcela universitária que era então, ainda muito mais restrita do que hoje. Mas essa parcela minoritária concentrava o foco das atenções sociais e era vista como as "elites de amanhã". Durante o período democrático até 64 assim era de fato. Com a instalação da ditadura militar, a vida pública é reprimida, a racionalidade universitária censurada, as elites são outras. E essas ex-futuras elites, expressão do saber censurado, tornam-se símbolo e sujeito da oposição democrática. É a revolta de elites intelectuais contra o fechamento da vida pública. Nessa revolta, onde se expres-



Em 1968, juventude e política apareciam como figuras que se remetiam mutuamente uma a outra.

sa a frustração com a barbárie e a mediocridade do mundo burguês, os jovens se voltam para o desejo da revolução.

Uma revolta difusa

Já a imagem da relação entre juventude e política hoje remete a planos diferentes, linhas oblíquas e desencontradas. A relação vem mais pela negativa. Vejo os jovens que "não querem saber de política", dos que fogem das assembleias universitárias ou das próprias universidades, dos projetos de mudar o mundo ou até os livros que pretendem explicá-lo. Rod Stewart parece ocupar o espaço que já foi de Che Guevara. Também não digo que hoje o roqueiro constitua a maioria da juventude mas, de algum modo, me parece que o pa-

drão do jovem que se projeta na vida através da militância política foi substituído pelo daquele que "se curte", que "curte" um som, o próprio corpo, a comida natural, uma viagem sem destino. A revolta já não tem um cenário fixo: ele pode se dar num festival de rock, na transgressão sexual, no visual agressivo, na recusa aos caminhos já estabelecidos. Ou seja, simplesmente, pode não se dar. É o cenário da vida pública que parece desprestigiado.

Um novo espaço

Afinal, o que aconteceu com a política?

A geração de 68 parece ter experimentado o momento supremo da revolta aos poderes constituídos no contexto de uma sociedade onde o cenário

da política tinha um lugar bem delimitado. Eram as instituições estatais. Isso não quer dizer que os jovens projetavam ocupar os cargos de deputados, ministros ou presidentes. Até pelo contrário, queriam liquidá-los politicamente. Mas era sobre essas instituições que centravam suas energias. Ao rebelarem-se, rebelavam-se contra um sistema político bem configurado. Pretendiam mudar ou subverter essas instituições. Era aí que desenrolava-se o drama do qual queríamos participar.

Se aqueles movimentos foram derrotados, na medida em que seus objetivos se perderam e os agentes do poder é que liquidaram suas formas de expressão, por outro lado eles produziram frutos que ninguém esperava. Aquela rebeldia, disseminada por todos os povos sociais, esvaziou a capacidade que tinha o poder estatal de controlar a sociedade.

De vários recantos da sociedade surgiram formas de organização através das quais diferentes grupos sociais pretendiam expressar seus interesses e regular sua vida coletiva. Esse novo espaço público, constituído pela politização de clubes de mães, comunidades religiosas, associações de favelados, grupos de fábrica, oposições sindicais, sociedades profissionais, implicou na fragmentação do antigo cenário da política. Esses lugares — bairros, favelas, fábricas, hospitais, repartições públicas, escolas — foram vividos como esferas de poder onde se realizava a política e não apenas como expressão de um poder todo concentrado na instância estatal.

Razão e prazer

Foi dessa experiência que emergiu a constatação de que "tudo é política" e que ela se faz em toda parte: na terapia do corpo, no conjunto musical, nas formas de lazer e de trabalho. Mas é preciso refletir mais detidamente sobre o significado dessa afirmação. Se com ele estivermos dizendo que por toda parte estão se cruzando relações de poder — na família, no clube de futebol e na seita religiosa — estaremos constatando hoje uma realidade antiga. Mas se quisermos dizer — e nisso estaria a novidade — que elas se tornaram esferas de decisão pública, a questão é mais complicada. Com efeito, nas formas de organização que citamos como tendo se desenvolvido nos anos 70 — dos clubes de mães às comissões de fábrica — houve uma politização nesse sentido desses espaços passarem a ser vistos como passíveis de decisões públicas, coletivas. Mas nem sempre é isso que acontece.

Uma tendência muito forte hoje é o rechaço ao tratamento político de várias instâncias da vida individual. Ou seja, no lugar da busca do estabelecimento de regras comuns, vemos a busca de espaços de expressão espontânea, que correspondem mais ao mundo dos sentidos que ao da razão. No lugar da

concepção de um mundo unificado pela explicação racional e dominado pela ação política, vemos a concepção de um mundo fragmentado pela diversidade das experiências e fruído pelos sentidos. Não há dúvida que alargou-se nossa experiência do mundo.

Com tudo isso produziu-se um abismo entre as estruturas tradicionais por onde se faz representar politicamente a juventude — principalmente as entidades estudantis — e a vivência mesma dessa geração. Mas então, os espaços de decisão pública terminam sendo reservados para "especialistas", aprofundando o problema.

Essa situação produz também um enorme desafio para os jovens que se sentem engajados em projetos de democratização social. Sem pretender tudo politizar (o que implicaria em invadir com regras públicas, esferas da vida privada), sem tudo remeter ao Estado (e portanto descobrindo os aspectos politizáveis de cada espaço social), encontrar formas de vida coletiva por onde a razão se encontre também com o prazer.

Eder Sader é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.



Rod Stewart parece ocupar o espaço que já foi de Che Guevara.

NOVAS PRÁTICAS NAS IGREJAS EVANGÉLICAS

Flávio Irala

Dentro das igrejas evangélicas, a juventude tem oscilado entre a acomodação e o conflito. De um lado, há uma corrente, provavelmente majoritária, que se caracteriza por uma aceitação acrítica das práticas eclesiás viventes. De outro, surgem, aqui e ali, grupos que não se conformam com essas práticas e buscam alternativas a elas. Inevitavelmente, esta relação tem sido conflituosa. Um dos eixos do conflito tem sido as questões sociais e políticas que perpassam toda a sociedade. Interessa-nos saber, então, como a juventude tem resolvido esses conflitos e quais os desafios que surgem deles.

Antes, porém, um pouco do passado recente. Assistimos, no final dos anos 60, ao final dramático dos movimentos engajados de juventudes. A dramaticidade fica por conta das perseguições, delações, torturas, exílios que os setores mais comprometidos da juventude sofreram. Enquanto isso, os que permaneceram nas igrejas foram empurrados para os braços dos movimentos espiritualistas que vicejaram na década de 70. Foi nessa época que assistimos à eclosão de grupos como **Palavras da Vida, Jovens da Verdade, Vencedores por Cristo...** etc. Proliferaram os conjuntos musicais de jovens, os acampamentos evangélicos e as campanhas avivelistas.

Assistimos a entrada dos anos 80, com perspectivas de mudança no quadro da juventude. Contribuíram, para isso, a nova prática pastoral da Igreja Católica em toda a América Latina, comprometida com os setores oprimidos e marginalizados do continente e o processo de abertura política acenado pela ditadura militar e forjado pelo povo brasileiro. A experiência católica desequietou, desacomodou, não deixou imune os evangélicos. Vozes se levantaram para combatê-la, outras para defendê-la. E poucos se encorajaram a experimentá-la. Mas isso serviu para que a juventude tomasse consciência do **outro**, do pobre, do oprimido, do marginalizado e de outras formas de ser igreja solidárias com ele.

A propalada abertura política não trouxe, do ponto de vista social, grandes conquistas. Contudo, permitiu que, em algumas igrejas evangélicas, certos temas, até então considerados tabus, pudessem ser colocados mais claramente. O trânsito para questões políticas, sociais e econômicas passou a encontrar menos obstáculos. E o que alguns estavam carecas de saber, pode ser discutido por grupos maiores, principalmente, de jovens. Desse modo, a juventude teve acesso às causas da opressão, do empobrecimento e da marginalização do **outro**.

Com consciência da situação de injustiça e opressão, e, por outro lado, percebendo a impossibilidade de avanços significativos de sua comunidade de fé em relação a um comprometimento maior na luta contra as causas dessa situação, uma boa parte desses jovens acabou debandando, indo militar em partidos, sindicatos e entidades estudantis. Bom, e àqueles que ficaram nas igrejas, o que se coloca como desafio, diante desse quadro que sugere impotência, mas contém em si os germes da mudança?

Cabe, então, ver quem foi que ficou. Ficou o jovem que não se sensibilizou ainda com as questões extra-eclesiás e que se sente satisfeito com as práticas atuais das igrejas. Para este o desafio é manter as coisas como estão. Ou então, no máximo, mudar a forma, ficando o conteúdo intacto. E também ficou o jovem que acha possível uma mudança significativa no âmbito das igrejas, principalmente, na sua pastoral. Para quem acredita nisso, surgem alguns desafios inevitáveis.

Em primeiro lugar, faz-se necessário uma atitude realmente profética. O profeta não se caracteriza apenas pela denúncia, mas, também o que é fundamental, pelo anúncio do novo. Para nós, o novo não se limita a um novo discurso, mas exige uma nova prática. Testemunhos do passado recente nos alertam para a ineficácia de uma renovação apenas do discurso. Lysâneas Maciel, por exemplo, lembra que os setores mais avançados das igrejas evan-

géticas passaram longos anos tentando consertar o discurso teológico, sem perceber que a luta não se dava exclusivamente nesse nível, e sim numa prática definida e coerente na busca de justiça entre os homens.

Em segundo lugar, pede-se um deslocamento do centro para a periferia. O centro sempre exerceu um forte atrativo nas nossas igrejas. Talvez se explique isso pela sua constituição, formada pelas classes médias da sociedade. Neelas, a aspiração à ascensão social é um dado muito forte. Por isso a proximidade aos centros de poder e influência. E o deslocamento exigido não se limita ao fato de estar presente na periferia. Isso muitas igrejas evangélicas fazem, só que salvo em algumas comunidades que têm dado significativos sinais da novidade, os pobres, os oprimidos, os necessitados são **objetos** de suas práticas pastorais que, quando muito chegam a um assistencialismo paternalista. A tarefa agora é inverter a situação. Torná-los **sujeitos**. A experiência católica mostra que, inicialmente, foram alguns setores que deslocaram-se em direção ao povo pobre e marginalizado. Pouco a pouco, essa prática foi sendo assumida pela Igreja como um todo.

Em suma, o novo, para as igrejas evangélicas, é o surgimento, a emergência de um novo sujeito social. Contudo, esse novo não pode ser estabelecido apenas com um discurso sobre o povo oprimido e marginalizado, e sim, com uma nova prática junto a ele, solidária com suas lutas, seus sofrimentos, suas esperanças e seus anseios. Essa tarefa é para todo o povo das igrejas, porém, para ficarmos nos limites deste artigo, sentimo-la como uma exigência aos jovens, principalmente aqueles que buscam uma nova forma de ser Igreja.

Flávio Irala é pastor da Igreja Episcopal em Cubatão e membro do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.

Referência:

Lysâneas Maciel, Desenvolvimento com Justiça, in Igrejas/Desenvolvimento e Participação Popular, Cadernos do CEDI nº 8, Rio de Janeiro, 1981.

Criatividade, garra e vitalidade

O conteúdo deste texto, do qual publicamos alguns trechos foi tirado, em grande parte, de documentos nacionais da própria Pastoral da Juventude e de documentos da CNBB, sobretudo dos Regionais Sul I e II, os únicos que têm documentos oficiais sobre este tema.

Este texto foi preparado por ocasião do lançamento do tema "juventude" na 23ª Assembléia Geral da CNBB em 1985. Trata-se de um subsídio que este setor oferece para que a Igreja no Brasil possa refletir sobre esta porção importante do Povo de Deus, sobretudo neste Ano Internacional da Juventude. O texto, também, foi revisado e melhorado pela comissão nacional de assessores. Não se trata de um texto definitivo mas sim de um texto que precisa ser discutido, aperfeiçoado e adaptado a cada realidade. Temos uma clara consciência de que as realidades de cada região do Brasil são muito diversificadas e que a teoria deve se adaptar à vida e ao dinamismo de cada realidade e não a realidade ser forçada a se encaixar dentro de esquemas rígidos e cupulistas.

Situação geral da juventude no Brasil

Para falar da juventude brasileira, é preciso lembrar alguns dados gerais do país: setenta por cento da população brasileira vivem nas cidades e trinta por cento no meio rural, sendo os jovens normalmente os primeiros a migrar e os velhos os últimos remanescentes do campo. Mais de setenta por cento dos jovens são da cidade e os jovens do meio rural devem representar cerca de vinte e cinco por cento da juventude.

A ONU define a juventude como compreendendo as pessoas entre 15 e 24 anos. Segundo suas estatísticas o peso numérico da juventude latino-americana é um dos mais elevados do mundo. É comparável somente ao do

sul da Ásia, onde a juventude representa 20,2% da população. A taxa de crescimento da população global, durante o período 1960-1980, foi juntamente com a África, a mais alta do mundo.

O número total de jovens, da América Latina, em 1960 ascendia a 38,5 milhões, e em 1980, a 73,3 milhões, de modo que nestes últimos anos a população juvenil representava 17,9% da população total, e em 1980 alcançava a 20,2%. Nesta faixa etária temos 22 milhões de jovens no Brasil. O Brasil tem hoje cerca de 120 milhões de habitantes; destes sessenta e um milhões (50%) não passam da faixa-etária de 18 anos. Em algumas regiões, como no Amazonas, esta idade representa 60% da população.

Jovens pobres

Além disso, dentro da ótica da opção preferencial pelos pobres, importa lembrar que a grande massa dos jovens vive nas periferias. São operários e pobres. Sessenta por cento da força de trabalho brasileira é composta de jovens. Há o perigo de se desenvolver uma pastoral de juventude como se todos os jovens fossem de classe média. Na realidade, 80% dos jovens são pobres. São jovens que nascem com "a corda no pescoço", vítimas de um sistema social injusto. São milhões de jovens que trabalham de sol a sol pela própria sobrevivência, sem ter esperança de saírem do círculo vicioso em que nasceram. São os milhões de jovens menores abandonados que perambulam pelas ruas. São as meninas, vítimas da prostituição, com feições envelhecidas. São a maior parte dos "criminosos", abatidos pela polícia ou amontoados nas cadeias. São os jovens que procuram alívio de uma vida dura demais, na bebida e nas drogas. São jovens que muitas vezes vivem longe de suas famílias, desenraizados da terra e da tradição dos antepassados. Notável também é o fenômeno de migrações internas. Tem-se como sólida estatística de 40 milhões de brasileiros em busca

de fixação no campo ou na cidade, o que representa um terço da população. A juventude faz parte de uma população onde 5% é classe alta, 15% classe média e 80% são pobres.

Manipulação e politização

A juventude brasileira é também a grande vítima, manipulada por uma sociedade de consumo, os meios de comunicação de massa, o tráfico de drogas e de um sistema educacional alienante que forma para a competição e a ascenção social individualista.

Estamos com uma geração que nasceu e cresceu num período de grande fechamento político. Portanto, uma grande parte dela continua alienada do processo político. Uma outra parte, porém, capta com facilidade as contradições entre os valores universais de liberdade, justiça e fraternidade proclamados pelos grupos dominantes, e a realidade concreta de "ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres" (João Paulo II). Ela percebe também que não basta fazer coisas: é preciso questionar globalmente o sistema. Percebe um mundo que pela primeira vez dispõe do capital e tecnologia para eliminar a miséria, mas onde falta a vontade política para fazê-lo. O jovem toma consciência da existência de projetos diferentes, alternativos e concretos que propõem uma distribuição mais justa do poder e dos bens produzidos. Devido à abertura política pela qual passa o país, no momento, este grupo tende a aumentar rapidamente.

O país atravessa uma de suas maiores crises da história, em três setores principais: econômico, político e ético. Esta crise geral afeta, com impacto especialmente negativo, os jovens.

Organização

O 4º Encontro Nacional de Pastoral da Juventude afirma: "Existem hoje, em todo Brasil, inúmeros grupos e articulações de jovens católicos, com dife-

rentes características e caminhadas. Estes grupos e articulações, a partir de sua experiência, vêm desenvolvendo e, até mesmo, descobrindo formas de organização que garantam, com maior eficiência, a continuidade e ampliação de sua ação pastoral. Entretanto, um sério limite tem impedido o avanço destas articulações, de modo que chegam a alcançar uma dimensão nacional. Este limite não tem origem apenas na própria Igreja, mas é fruto de todo um período histórico em que vivemos.

No processo de instalação do regime militar, foram inúmeras as organizações populares (partidos, sindicatos, associações, movimentos etc) que foram perseguidas, esfaceladas e até mesmo destruídas. Isto trouxe como consequência a alienação em massa da juventude brasileira, que desprovida de canais de participação política, nutriam grande medo em participar de qualquer tipo de articulação mais ampla, dado o combate sistemático das forças de repressão política. No entanto, aos poucos, passo a passo, as classes populares foram descobrindo novas formas de reconstruir suas organizações. É neste processo que o movimento sindical, o movimento de bairros, o movimento estudantil, os partidos políticos e os movimentos reivindicatórios em geral retomam seu lugar no processo de libertação do nosso povo.

Na PJ o regime militar trouxe como consequência a extinção de movimentos nacionais como a JEC e a JUC. Também a JOC, que não se desarticulou, sofreu sérios problemas, como a prisão de toda a coordenação nacional e de muitas de suas principais lideranças. Isto contribuiu para que os grupos de jovens se fechassem numa visão localizada, particularista e limitada de seu meio. Muitas não compreendiam a importância das articulações e se satisfaziam com suas pequenas experiências, sem continuidade histórica e sem perspectiva organizativa em níveis mais amplos.

Esta realidade permanece até hoje. A maioria dos grupos de jovens existe como um fim em si mesmo, ou seja, a preocupação de formar líderes e assim por diante, desde que o grupo continue existindo. Não existe troca de experiências com outros grupos nem tampouco uma preocupação em manter uma memória histórica que permita o acúmulo de discussões, o amadurecimento teórico e organizativo e finalmente a não re-

petição de erros anteriores. Estes grupos não têm um método de interpretação da realidade e, por isso, muito dificilmente ajudam os jovens a se transformarem em militantes, senhores de seu próprio destino e construtores da história. Alguns, às vezes, esforçam-se em superar estas dificuldades, mas como permanecem isolados, não conseguem fazer avançar este processo para uma nova perspectiva de PJ. Percebemos que a PJ tem um grande desafio a enfrentar: a superação desta visão localizada, particularista e limitada das experiências, na perspectiva de sua organização em níveis sempre mais amplos.

Espiritualidade

“Na medida em que o jovem deserta para a militância, para o engajamento transformador da realidade, geralmente entram em crise a compreensão e a prática da fé, quando incapaz de integrar os novos valores e exigências.

Assim, uma nova postura da Pastoral da Juventude, como um todo, apela também para superação do dualismo entre a ação e espiritualidade, como se fossem dois comportamentos que não tivessem comunicação e pudesse correr paralelamente. Portanto, é necessário que os jovens descubram, a prática de uma espiritualidade cristã capaz de mantê-los na esperança e animá-los na luta.” (Alguns Princípios...).

“A Pastoral da Juventude deve aprofundar os passos essenciais para uma espiritualidade consequente, tendo em conta os seguintes temas:
* Deus como absoluto da vida;
* O seguimento de Jesus Cristo;
* A opção preferencial pelos pobres;
* Os valores do Reino (amor, liberdade, justiça, cruz, perdão...);
* A oração em suas dimensões comunitária, social e pessoal.” (Alguns Princípios Orientativos)

“A descoberta, pela reflexão bíblica, de que Jesus Cristo - chave, centro e fim da história humana (cf GS 10) e fonte de toda espiritualidade cristã - viveu também Ele situado na sociedade de seu tempo. Seu projeto de vida (cf Lc 4,18-19; Mc 11,1-6) foi uma corajosa tomada de posição na defesa de valores que conflitavam frontalmente com os critérios sócio-político-religiosos da época. Identificando-se com os pobres e pequenos anunciou o Reino de Deus a todos; rejeitado pelos

detentores do poder, percebeu a dispersão dos seus, experimentou o abandono, mas amou-os até o fim, merecendo a morte e morte de cruz (cf Fl 1,8)”

A experiência pessoal de comunhão com este Jesus Cristo, e a adesão a seu projeto de vida, devem levar o jovem a comprometer-se com uma comunidade eclesial, que o ajudará na consciência de pertencer a um povo, o Povo de Deus. O Jovem, no seguimento de Jesus, vê como sentido de sua vida o apelo do Pai e vive na luz e na força do Espírito Santo.

Característica do jovem militante cristão será a disponibilidade para o serviço, a esperança profética, o amor transformador, de tal modo que sua presença e testemunho serão “alegre mensagem de salvação ao mundo muitas vezes triste, oprimido e desesperançado, em busca de sua libertação” (Puebla 1205). A espiritualidade assumirá, então, a marca de sua juventude.

A oração do jovem terá por modelo a oração de Jesus, que apresentava ao Pai as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias, suas e de seu povo, colhidas no exercício de sua missão (cf Mt 9,35-39; Mc 6,34-44; Jo 17).

Serão de grande utilidade momentos fortes de oração por ocasião de encontros, retiros e acontecimentos marcantes na caminhada do grupo ou da comunidade.

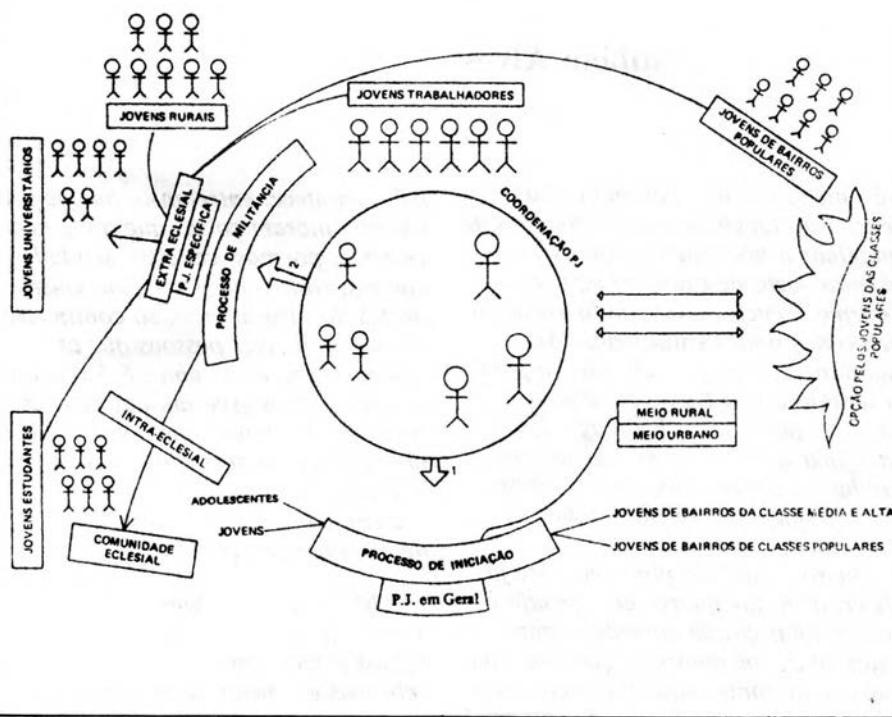
Especial desafio tem sido a prática sacramental do jovem. Neste campo, de modo particular, muito se espera de sua criatividade para a redescoberta do sentido do Mistério Pascal, celebrado nos sacramentos; bem como para a integração da prática sacramental na vida comunitária e no testemunho evangélico.

Os mártires cristãos sempre motivaram e inspiraram a piedade popular. Para o jovem, que assume a opção preferencial e solidária pelos jovens empobrecidos, não será diferente; especialmente quando considera que a morte recente de outros irmãos na fé tem sido consequência de um testemunho radical de fidelidade a Jesus e ao seu Reino. De modo particular, estes testemunhos na América Latina, serão para ele exemplo concreto de uma espiritualidade militar.

Maria, a mulher forte e libertadora,

SUBSÍDIOS À PASTORAL DA JUVENTUDE NO BRASIL

Estrutura Organizativa de uma PJ Diferenciada



presente nas lutas do povo oprimido, como mostra o “Magnificat” (cf Lc 1,46-54), e que assumiu até as últimas consequências o Plano do Pai, também está presente de forma inspiradora na caminhada da Pastoral da Juventude”, (Alguns Princípios...)

Ação

1. “A ação da Pastoral da Juventude se desenvolve em três dimensões que se completam:

a) ação interna enquanto Pastoral da Juventude (reuniões de grupo, coordenações, assembleias...);

b) Ação enquanto comunidade eclesial (catequese, liturgia, relação com outros setores da Pastoral...)

c) Ação enquanto engajamento transformador nos meios específicos (escola, trabalho, bairro, campo...)

2. A ação transformadora parte da compreensão das causas dos problemas da realidade. Propõe, de maneira planejada, práticas concretas (ainda que pequenas), visando à superação destes problemas.

3. A Pastoral da Juventude em comunhão com a opção da Igreja, deve estimular a solidariedade com as lutas dos povos oprimidos, especialmente dos latinos-americanos (cf Puebla 1185).

4. Na realidade a maior parte dos grupos de jovens ainda está voltada somente para uma ação na comunidade eclesial. O fato de priorizar o engajamento no meio específico não exclui esta ação, pois é indispensável manter a comunhão eclesial como fonte e sustento de sua ação missionária.

5. A Pastoral da Juventude deve ter a preocupação de ser uma presença crítica na comunidade. É importante o engajamento do jovem na formação e fortalecimento das CEBs como lugar de expressão e de celebração da fé e de organização do povo para superar “os mecanismos geradores de pobreza e criar um mundo mais justo e mais fraterno” (cf Diretrizes Gerais...).

6. É preciso também incentivar momentos de reflexão a partir da Pastoral orgânica, e ainda a troca de experiências entre os movimentos e setores da pastoral. (Alguns Princípios...).

Conclusão

A caminhada da PJ no Brasil atesta criatividade, garra e vitalidade. Em poucos momentos da história, um grupo, tão numeroso e significativo para os destinos do País e de uma evangelização, esteve tão presente, mobilizado, vigilante e aberto ao serviço de Jesus e de seu Reino, na Igreja.

A juventude é a mais bela fase da vida do ser humano; capaz de infinitas possibilidades, o jovem tem pouca paciência com o ritmo lento da história. Por isso, sua presença é questionadora e irriquieta. Sua presença, por sua vez, à frente do mundo é garantia de que este nunca mais será assim: mesquinho, estreito.

É preciso que o jovem esteja presente na história do mundo enquanto jovem, como sujeito e ator, para contribuir para a redefinição de um projeto de sociedade nova, cujos traços sejam a generosidade, a surpresa, a justiça e a ternura.

Nunca mais será lícito à juventude delegar sua contribuição à história e ao seu momento de vida, é a grande esperança de que a juventude esteja presente amanhã, porque hoje, vem assumindo a sua história.

A caminhada da PJ traz o sinal de uma grande aspiração e convergência nacional dos jovens: o de caminhar ao lado dos seus pastores, inseridos nas suas Igrejas locais, para o que der e vier. Esta mesma caminhada nos promete. Somos chamados, também, a ajudar os jovens a assumir o seu papel de leigos dentro da sociedade. Nela, eles precisam, agora, ser o sal, o fermento e a luz. Cabe-nos, também, a mesma paciência com suas falhas, paciência que os jovens, apesar de tudo, têm tido com a nossa incapacidade de lhes entregar nas mãos um mundo feliz e justo - sobre qual não lhe permitimos que se pronunciassem.

A participação dos jovens, pujantes de vida, assumindo a militância do seu Batismo, vivendo o compromisso da sua Crisma, demonstra que o Espírito de Deus, através deles e dos pobres, se encarna, hoje, na América Latina, incomodando permanentemente a velha história, e como fogo, renovando a face da terra.

Construamos com os jovens uma sociedade nova, onde a injustiça e a opressão não existam.

A VOLTA

Rubem Alves

Segundo os poemas sagrados que contam das nossas origens, eu fui feito de coisas bem deste mundo, o pó da terra e o vento. E eu acredito porque meus desejos dizem que sim... Amo a terra, amo o vento, e tudo que os rodeia: sinto-me feliz em meio a estas coisas, minhas irmãs, continuações do meu corpo, minha casa. Confesso que não consigo cantar "Da linda pátria estou bem longe..." Não sinto nostalgias dos céus. Sinto coisa diferente, mèdo talvez. A Cecília Meireles sentia igual:

"Pergunto se este mundo existe, e se depois que se navega, a algum lugar enfim se chega... - O que será, talvez, mais triste. Nem barca, nem gaivota: somente sobre-humanas companhias..."

Quero a barca, quero a gaivota, e também as árvores, as fontes, o vazio onde navegam nuvens, planam aves, flutuam pipas, montanhas e mar, e os seus cheiros, cores, barulhos, gostos, memórias...

Quero também coisas urbanas. A praça com namorados, velhinhos e crianças, que ouvem a banda tocar, no coreto; a mesa de bar, sorvete, refresco, conversas sem fim, e se contam coisas de amor; o concerto, o teatro, o cemitério (onde moram rolinhas e cigarras), sinos de igrejas, realejos velhos, feiras e mercados. Estas coisas todas moram em mim, são parte da minha carne.

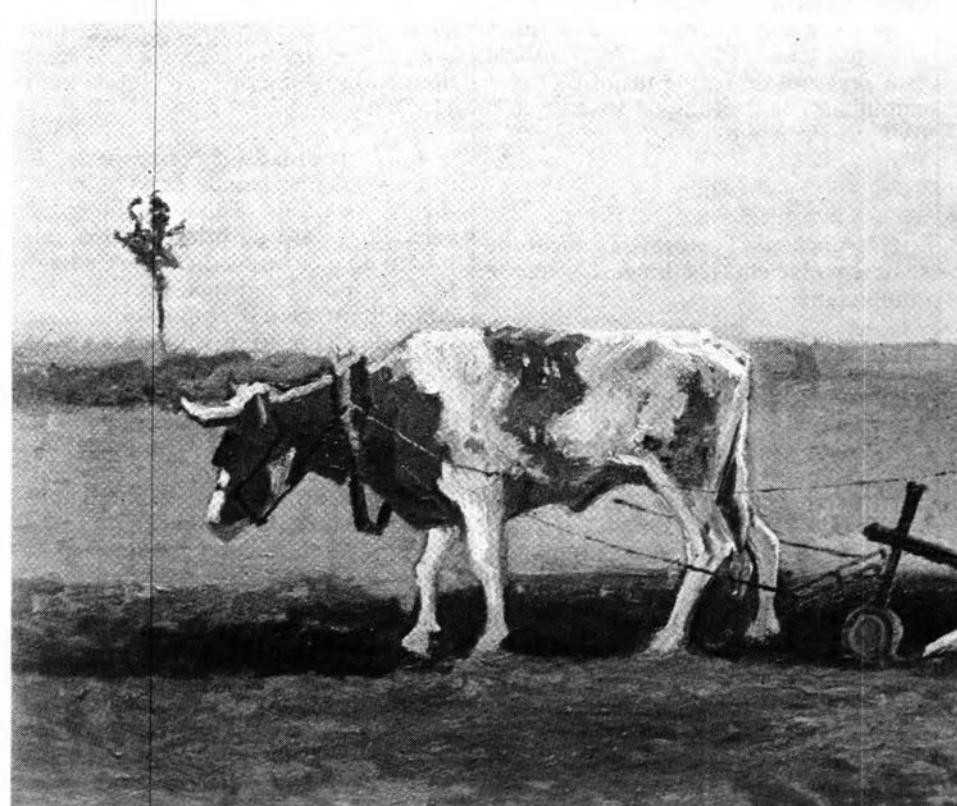
Fico triste pensando que, morrendo, não estarei aqui para cuidar delas, e para dizer a elas que elas são belas. Gostaria que alguém houvesse que delas cuidasse. Dizem que isto é bobagem. Morreu, acabou, não importa o que os outros vão fazer conosco e com as coisas que amamos. Pode ser... Por enquanto, entretanto, estou vivo, e parte da minha vida é pensar nos outros que

irão me substituir. Isto me torna feliz. Não há coisa mais horrenda que imaginar o holocausto atômico, o mundo vazio de tudo, só aquele enorme silêncio, e o gemido inútil do vento nas noites enluaradas. Aí, quando vejo isto, a vida inteira perde o sentido e fico triste. Porque eu preciso, para ficar alegre agora, imaginar que vai haver alguém que cuidará deste mundo, com o mesmo carinho meu, depois da minha partida.

Quero continuar por aqui. Até já determinei que quero ser cremado e que minhas cinzas deverão ir parar num pé de ipê amarelo, qualquer um, pois acho bonita aquela cor contra o céu azul, em meio à seca de agosto. É um jeito de continuar vivendo, no

ipê. Acontece, entretanto, que dentro de mim moram coisas que o ipê não entende, poemas, canções, saudades, sonhos, rostos, utopias. Estas coisas, partes do meu mundo, só continuarão a viver se houver pessoas que as amem, como eu as amo. E é isto que os mais velhos esperam das gerações jovens. Não é atoa que a gente põe o nome da gente nos filhos, desejando que eles não nos abandonem, que aceitem cuidar dos nossos jardins, depois da nossa partida...

Ah! Como seria bom se assim fosse: que as coisas das gerações velhas fossem doces e belas, sem rebarbas e veneno, que os moços as amassem e se sentissem mais leves, ao levá-las, ao ponto de voar, e fossem



DO ARADO

agradecidos aos que partiram, por esta dádiva de leveza... E que os velhos não se sentissem ameaçados pela força dos jovens, que não lhes tivessem inveja, e fossem capazes de rir ao vê-los caminhando sobre os picos, quando eles mesmos só podem andar nas planícies...

Mas parece que as coisas não acontecem assim. E se a psicanálise elegeu o mito de Édipo como protótipo das relações entre filhos e pais, é porque ela descobriu ódio e morte, inveja e vingança entre os velhos e os moços. A madrasta envia Branca de Neve para ser morta pelo caçador. A confissão do espelho era-lhe insuportável: "Tu já não és a mais bela. Branca de Neve tomou o

teu lugar..." É isto, sentir que as coisas belas e boas da vida vão nos sendo tiradas das mãos - serão os jovens que as comerão - é isto, esta tristeza do fim, esta raiva de inveja. Édipo: o pai perfura os pés do filho recém-nascido e o abanona, para que ele não o mate quando crescer e se aproprie da própria mãe. Mas a tragédia está inscrita no próprio caminho de fuga. Cada passo para mais longe é um passo para mais perto. Fugindo desta maldição Édipo, homem feito, mata o seu pai (sem o saber) e se casa com sua mãe. E assim as gerações vão se sucedendo sob a maldição do conflito e da inimizade. As gerações velhas, tentando castrar as mais novas, para que o seu objeto de inveja e de força

lhes seja arrancado. E as mais novas, arrebentando as amarras, e partindo para mundos novos, longe do domínio e dos olhares de acusação...

Mas, há uma outra lenda... Quando a Grécia se preparava para a guerra de Tróia, tratou de convocar os seus heróis. Agamenon, Menelau e Palâmades foram encarregados de trazer Odisseu. Mas ele, fazia pouco, tinha se casado, e tinha um menininho pequeno. Nada lhe repugnava mais que uma guerra que o separaria da mulher e do menininho. Resolveu fazer passar-se por louco, para não ir. Pôs um chapéu cônico na cabeça, atrelou um boi e um burro a um arado, começo a arar a terra, e semeava sal... Palâmades desconfiou. E tratou de desfazer a farsa. Agarrou o menino e o jogou à frente do arado que se aproximava, Odisseu fez imediatamente um semi-círculo, em volta da criança, e todos perceberam que ele não estava louco.

Estória de ternura: o pai se trai para salvar o filho...

Sei que a juventude pode ser pensada de muitas formas: estudantes, força de trabalho, cultura, poder político... E tudo está muito bem. Mas penso nela sob este ângulo: aqueles, mais jovens, que me aceitarão como amigo, e poderão acolher o meu desejo, como eu os acolhi no meu... E serão eles que cuidarão da terra que eu amo, mesmo depois da minha partida, para lá, onde há barcos e gaivotas, e humanas, bem humanas companhias.

E é por isto que desvio sempre o meu arado...

Nota: A idéia sobre a polaridade entre os mitos de Édipo e Odisseu se encontra no artigo de Heinz Kohut "Introspection, Empathy, and the Semi-Circle of Mental Health", *The International Journal of Psycho-Analysis*, vol. 63, part 4, p. 395.



"Camponês ao arado e camponesa", Van Gogh

A JOC e a organização da Juventude Trabalhadora

Em 1983 a JOC realizou um encontro (3º Congresso Nacinal de Jovens Trabalhadores), tendo como tema a questão da Juventude e Trabalho. O resultado está sendo publicado num livro das Edições Paulinas. A propósito disso os próprios militantes da JOC elaboraram um texto, do qual foi extraído o artigo abaixo.

No Brasil e no mundo, a juventude está sendo alvo de muito interesse. Ouve-se muito falar sobre a juventude. Mas ela própria não tem tido oportunidade de falar sobre si mesma.



Foto: Iugo Koyama. Colaboração DEDOC/ABRIL

E, quando fala, nem sempre retrata a realidade da grande maioria, que é a juventude trabalhadora.

Diante da realidade vivida pelos jovens trabalhadores, nos perguntamos: Quais os problemas que atingem a massa da juventude trabalhadora? Quais suas aspirações? Como a juventude trabalhadora tem reagido e o que tem feito frente à esta realidade?

Quem somos?

Hoje, no Brasil, somos mais de 25 milhões de jovens trabalhadores, explorados e marginalizados. Porém, somos poucos os que temos consciência de nossa situação e de nossa possibilidade de mudá-la. Isso nos desafia a um compromisso diário com outros jovens trabalhadores, que vivem a mesma realidade no bairro, no trabalho ou desemprego.

Somos hoje, uma juventude criada sob o arrocho salarial, o desemprego, a difícil conquista do 1º emprego, a repressão, a Lei de Segurança Nacional e sob a influência da cultura norte-americana.

Como a juventude trabalhadora reage

Mesmo neste contexto, se percebe reações. Se constata um despertar de uma pequena parcela da juventude trabalhadora, interessada em entender a realidade que nos cerca, buscando de várias formas, uma participação maisativa, porque se sentem desafiados a contribuir para mudar esta realidade. Entre estes jovens estão aqueles que foram às ruas exigindo eleições diretas; são aqueles que participam das greves, dos congressos de trabalhadores, são aqueles jovens que estão presentes nas lutas do movimento popular e operário.

Entretanto, ainda é uma participação tímida e de forma não organizada. Mesmo entre as organizações populares ainda não há uma análise que leve a ter em conta a juventude trabalhadora enquanto grupo específico dentro

do conjunto da classe operária, com seus problemas específicos.

Como participar?

Um dos grandes momentos de participação organizada dos jovens trabalhadores foi o 3º Congresso Nacinal de Jovens Trabalhadores, realizado em São Paulo em 1983, cujos resultados estão no livro "Os Jovens Trabalhadores Conquistando Trabalho e Justiça", editado pelas Edições Paulinas.

Os jovens que dele participaram, constataram que sua participação na vida da sociedade, nos seus organismos e entidades é quase nula. O jovem trabalhador não participa das decisões tomadas nos sindicatos, associações de bairro, partidos políticos, governos e órgãos públicos, Igreja, local de trabalho, etc... Costumeiramente é chamado de irresponsável.

O que os jovens estão propondo diante desta realidade?

A massa da juventude trabalhadora enquanto tal, não levanta reivindicações específicas.

A JOC — Juventude Operária Católica — é organizada por jovens trabalhadores, que, desde o início de sua existência, vem desenvolvendo uma tarefa de formação e organização, entre, para e com os jovens trabalhadores.

Partindo da vida dos jovens trabalhadores, queremos possibilitar que cada um e todos tomemos consciência de nossa realidade. A análise da realidade é o ponto de partida para desenvolvermos uma formação a partir da ação. Desenvolvemos a formação na ação como base para a construção de uma nova sociedade.

Como jovens trabalhadores, levantamos como principais bandeiras específicas:

- autonomia a nível de organização e participação;
- que sejamos reconhecidos enquanto grupo social com nossos problemas específicos;
- direito de participação integral dos menores nos sindicatos;
- direito de participação integral em todos os setores da sociedade.

CONSTITUINTE:

PARA QUÊ E PARA QUEM?



Frei Betto

Lutar por uma Assembléia Nacional Constituinte democrática e participativa é a meta a que se propõem, agora, os setores populares brasileiros, depois da batalha pelas diretas-já. Neste sentido, estende-se, por todo o país, a movimentação dos movimentos populares, igrejas, partidos, sindicatos e entidades da sociedade civil para debater amplamente a questão da Constituinte e implementar mecanismos que ajudem na conquista do espaço popular neste campo., *Tempo e Presença* integra-se, a partir desta edição, na campanha pela Constituinte democrática, soberana, popular e participativa. Publicaremos um artigo por edição, analisando o tema da Constituinte e da nova Constituição, contribuindo para o grande debate nacional.

Constituinte é o nome resumido que se dá à assembléia, eleita pelo povo, encarregada de elaborar a lei suprema de um país: a Constituição Federal. Por isso, o grupo de eleitos para desempenhar esta função histórica tão importante é conhecido como Assembléia Nacional Constituinte.

A Constituição é um corpo de leis que regula a função do Estado, os direitos dos cidadãos, a forma de governo, a relação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, o papel das Forças Armadas, etc. Assim como na Igreja nem o Papa pode decretar uma lei contrária ao Evangelho, num país nem o Presidente pode baixar um decreto fora do que a Constituição determina. Ela é a Lei que preside todas as demais leis do país. Por isso ela tem tanta importância.

As constituições brasileiras

O Brasil ficou independente de Portugal em 1822. No ano seguinte for-

mou-se a primeira Constituinte. Ela foi integrada por deputados eleitos pelo voto indireto, em quatro etapas. Nas duas primeiras o voto não era secreto, ou seja, quando os moradores de uma freguesia (pequena localidade rural) elegiam os eleitores compromissários e estes por sua vez elegiam os eleitores paroquiais (área de várias freguesias). Só então começava o voto secreto: os paroquiais indicavam os eleitores da comarca (área sob o controle de um mesmo juiz) que se deslocavam para a capital, o Rio de Janeiro, a fim de indicarem os deputados que fariam a Constituição.

Detalhe: só podiam ser eleitos na comarca ou no Rio os que tivessem posses... Portanto, povão de fora. Sobretudo a grande massa de escravos. Assim, a 1ª Constituição brasileira foi elaborada por 100 deputados, "instruídos e capazes", que em sua maioria eram latifundiários e grandes comer-



Os setores populares se propõem, agora, a lutar pela Constituinte, depois da batalha pelas diretas-já.

ciantes. Ou melhor, nem chegou a ser completamente elaborada porque D. Pedro I mandou um recado aos constituintes: se eu não gostar da Constituição, nada de aprovação. Ele reivindicava o poder de veto absoluto às leis que não lhe agradassem... O impasse criado levou o Imperador a dissolver, em 11 de novembro de 1823, a Constituinte. E a convocar uma "comissão de notáveis" para elaborar uma Constituição conforme seu próprio figurino imperial. Em 1824 ficou pronta a Constituição que centralizava o poder em mãos do Imperador.

Em 1889 foi proclamada a República. O Brasil mudara: acabara a escravidão, chegavam os italianos e alemães para explorar as terras do sul, crescia a produção de café, apareciam as primeiras indústrias sob controle do capital inglês, nascia a classe operária, aumentava a influência dos militares na política. O marechal Deodoro da Fonseca chamou cinco renomados juristas e pediu a eles que elaborassem um projeto de Constituição que deveria nortear os debates da Assembléia Nacional Constituinte, convocada em dezembro de 1889. Mas só houve eleições para esta Constituinte no ano seguinte, a 15 de setembro de 1890. Que eleições? Não votaram: as mulheres, os analfabetos, os soldados, os religiosos, os mendigos e os menores de 21 anos. Ou seja, a maioria da população. E como o voto **não** era secreto, pode-se imaginar como os "coronéis" da terra e "barões" do café organizaram as campanhas... Esta 2ª Constituição correspondeu especialmente aos interesses das oligarquias rurais.

Em 1930, houve uma "revolução" no Brasil. A burguesia industrial tirou o poder das mãos da oligarquia rural. A cidade destronou o campo. Mas Getúlio Vargas — representante dos liberais — não era tão liberal assim, pois preferiu governar por decretos-leis. Ficou adiando a Constituinte. Quem elegeria os deputados constituintes? Vargas promoveu uma reforma eleitoral que introduziu no país o sufrágio universal: voto direto e secreto para todos os homens e mulheres alfabetizados e com mais de 21 anos. De novo, ficavam de fora os analfabetos, os mendigos, os soldados e os frades. Mas nada de Vargas marcar as eleições para a Constituinte. Então, organizou-se em São Paulo a Frente Única Paulista, movimento pró-Constituinte ou, como diríamos hoje, a favor da Constituinte-



A Constituinte do Marechal Deodoro correspondeu aos interesses das oligarquias.

Já! Esse movimento deflagrou a Revolução Constitucionalista em 9 de julho de 1932. O erro dos paulistas foi querer aproveitar o embalo e tornar São Paulo um Estado independente do resto do Brasil. Perderam o apoio dos outros Estados e foram derrotados pelas tropas de Vargas. De qualquer maneira, ficou claro que a nação já não aguentava mais esperar pela Constituinte.

A 3 de maio de 1933 foi eleita a Assembléia Constituinte. A maioria dos deputados era de conservadores mineiros, paulistas, baianos e gaúchos. Deram mais poder a Vargas. E encerraram seus trabalhos, em julho de 1934, elegendo Getúlio Presidente da República.

A festa democrática durou pouco. Em 1937, Vargas implantou o Estado Novo, a ditadura, passando por cima da Constituição. Mas para salvar as aparências, chamou o jurista Francisco Campos e pediu a ele que elaborasse, em casa, uma nova "Constituição". Chico Campos pegou em sua biblioteca a constituição da Polônia (antes desta ser integrada ao bloco socialista), que era uma constituição bem fascista, e redigiu, baseado nela, a nova Constituição brasileira, a 4ª, conhecida como "A Polaca". O positivo desta carta constitucional foi preservar conquistas anteriores da classe trabalhadora, como 8 horas de trabalho diário, salário mínimo e previdência social.

Finda a Segunda Guerra Mundial, os ventos democráticos assolaram também o Brasil. Vargas teve que ceder e convocou, para dezembro de 1945, eleições para Presidente da República e para deputados da nova Assembléia Constituinte. Mas a 29 de outubro o general Góes Monteiro tirou Vargas do poder e assegurou a posse, como presidente provisório, do ministro José Linhares, do Supremo Tribunal Federal. A 2 de dezembro de 1945 o general Eurico Dutra foi eleito Presidente da República, como também foram eleitos os deputados que formaram a Assembléia Constituinte, inclusive do recém-legalizado Partido Comunista Brasileiro, que elegeu para a Constituinte parlamentares como Jorge Amado, Carlos Marighella e Luiz Carlos Prestes. O PSD (Partido Social Democrático), que representava os latifundiários, ficou com 54% das cadeiras da Constituinte; a UDN (União Democrática Nacional), da burguesia liberal, ficou com 26%; o PTB, ligado ao sindicalismo getulista, ficou com 7,7% e o PCB com 4,7%. As demais cadeiras ficaram divididas entre pequenos partidos de expressão regional. Em 1946 foi proclamada a nova Constituição brasileira. Como sempre, favorável mais ao capital que ao trabalho.

Os mesmos homens, políticos e militares, que lutaram pela democracia em 1945, articulam o golpe de 1964, ras-

gando a Constituição que ajudaram a elaborar. Mostraram que, no Brasil, Constituição é como queria D. Pedro: favorável a quem está por cima. Caso contrário, abandona-se o jurídico para salvar o econômico. Assim, em total desprezo pelas garantias constitucionais e pela vontade popular, o Ato Institucional nº 1 dizia em seu preâmbulo: "A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte". Em 1966, o general Castello Branco decidiu encomendar uma nova Constituição ao seu ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva. O general Costa e Silva assumiu o governo em 1967 sem que a nova Constituição estivesse elaborada. Em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional nº 5, que instalou oficialmente o terrorismo do Estado. Só em 1969 é que ficou pronta a nova Constituição, promulgada como a carta que oficializou o arbítrio do regime militar. É esta Constituição de 1969 que ainda vigora.

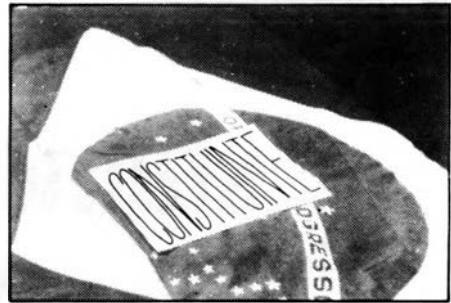
E agora?

O processo de abertura democrática do Brasil exige uma nova carta constitucional. Não se pode falar em democracia com uma Constituição — de 1969 — feita sob encomenda de um regime autocrático. O presidente Tancre-

do Neves havia declarado que convocaria a Assembléa Nacional Constituinte. O que quer dizer isso?

Ninguém duvida que o Brasil precisa de uma nova Constituição. Como chegar a ela é a questão. Uns querem Constituinte-Já, como a "Folha de S. Paulo". Como? Transformando o atual Congresso Nacional, com 1/3 de senadores biônicos, em Assembléa Constituinte? Isso seria a repetição de erros do passado: entregar à classe dominante, de bandeja, nova oportunidade de elaborar uma Constituição de acordo com seus interesses. É mínima a representação operária no Congresso. Nenhum lavrador e muitos latifundiários.

Outros falam em Constituinte-86. Se a primeira proposta impedita uma discussão popular ampla sobre o tema, a segunda permite ao novo governo ganhar tempo e justificar sua imobilidade frente aos graves problemas nacionais com o argumento de que "a Constituinte é que vai resolver". Assim, a Constituinte acaba virando aquela gaveta de guardados onde são colocadas todas as questões pendentes — enquanto a miséria e a exploração prosseguem no dia-a-dia. Mas esta proposta de Constituinte-86 apresenta a vantagem de possibilitar um amplo debate popular.



Uma questão muito séria é a seguinte: serão automaticamente membros da Assembléa Nacional Constituinte os deputados federais e senadores eleitos em novembro de 1986? Se assim for, quem legislará enquanto eles estiverem discutindo a nova Constituição? Se atualmente não conseguem dar conta do trabalho que têm, como os políticos encontrarão tempo para cuidar de uma questão tão séria e delicada como a nova Constituição? Talvez a saída seja eleger os novos membros do Congresso Nacional, como em 1982 e, simultaneamente, eleger os membros específicos da Assembléa Constituinte, que só trabalhariam neste tema.

Outra questão complexa: quem apresentará candidatos à Constituinte? Os atuais partidos? Mesmo que haja reformulação partidária, como fica a representação popular na Constituinte? A Conclat e a CUT teriam seus representantes? Fala-se em candidatos avulsos, fora de partidos. Isso aparentemente é bom porque possibilitaria a candidatura suprapartidária de líderes de movimentos populares. Mas é arriscado por outro lado: uma multinacional ou a Federação das Indústrias poderiam financiar 10 ou 20 candidaturas avulsas, supra-partidárias, obscurecendo os candidatos pobres do movimento popular.

Uma coisa é certa: é hora de se debater o tema. Como será, o debate popular dirá. Sem esse amplo debate nacional, corre-se o risco de se repetir o que sempre aconteceu: uma Constituinte elitista que venha a consagrar os interesses do capital contra os direitos dos trabalhadores.

Nota:

A parte histórica deste é um resumo didático da obra de Marília Garcia, *O QUE É CONSTITUINTE*, Editora Brasiliense, 1985, S. Paulo.



Em 1946 a Constituinte, como sempre, mais favorável ao capital que ao trabalho.

Frei Betto, da Ordem dos Dominicanos, é um veterano militante dos movimentos populares brasileiros e um dos nomes destacados da Teologia da Liberdade.

ASTOR RUIZ, DA IGREJA POPULAR DE EL SALVADOR:

“Estamos redescobrindo o Êxodo. E a Ressurreição”

Entrevista a Dermi Azevedo

“Uma autêntica redescoberta do que significa o Êxodo e a esperança da Ressurreição”. É assim que o padre salvadorenho Astor Ruiz, ex-secretário de pastoral do arcebispo-mártir Oscar Arnulfo Romero e dirigente da CONIP (Coordenadora Nacional da Igreja Popular de El Salvador) define sua experiência de militante na duríssima luta do seu povo. Em visita ao Brasil, Ruiz dá um simples e profético testemunho sobre a espiritualidade que nasce da experiência libertadora. E explica como um povo, ao mesmo tempo explorado e crente, decidiu lançar-se, organizado e pobre, contra as terríveis, ricas e sofisticadas forças da oligarquia e do governo dos Estados Unidos.

Astor nasceu em Apaneca, estado de Ahuachapán, El Salvador, em 25 de fevereiro de 1942, ordenando-se padre em 1967. Foi secretário de d. Romero e do atual arcebispo, Arturo Rivera y Damas. Vigário da Paróquia periférica de Santa Lúcia, foi expulso do seu país em 20 de julho de 1967 quando voltava de um encontro na Colômbia, onde representara d. Romero. Deportado para a Guatemala, mudou-se para Manágua, logo após o triunfo da Revolução.

TeP - Conte um pouco a história da CONIP.

Astor - O nome surgiu nos anos 80. Mas a realidade da CONIP é bem anterior. Representantes de todas as dioceses chegavam todos os meses para uma reunião em San Salvador. Começou com inquietações pastorais: os problemas das pastorais urbana e rural, além da construção das Comunidades de Base. Com a chegada de d. Romero, esta caminhada aprofundou-se, reunindo os agentes pastorais com o melhor trabalho em El Salvador. Com o seu as-

sassinato, em 24 de março de 1980, reafirmamos nossa opção. No ano seguinte, com a ofensiva geral, os agentes decidiram acompanhar plenamente o povo na guerra popular. Confundimos, porém, a ofensiva geral com a ofensiva final. E isto gerou uma falta geral de coordenação, tanto na igreja popular quanto nos sindicatos e outras organizações. Passamos, então, a reorganizar tudo.

Neste ano, já havia regiões sob o controle da FMLN/FDR. Nessas regiões, começou a ser organizada uma coordenação das comunidades cristãs. É bom lembrar que, em El Salvador, dizer que se é da CONIP é quase o mesmo que dizer que se é guerrilheiro, para as autoridades. Tivemos que passar à clandestinidade. Nesse momento, agudizou-se uma crise na Igreja e o Vaticano passou a falar da igreja popular como uma coisa paralela, contra a hierarquia, contra a instituição.

Na verdade, a igreja popular não pretende tirar a hierarquia, fazer paralelismo ou criar uma igreja nacional. Popular, para nós, é o que d. Romero falou uma vez. Perguntaram-lhe “porque a Igreja tem problemas com o governo”. Ele respondeu: “A Igreja não tem problemas com o governo. Acontece que o governo tem problemas com o povo. E a Igreja está com povo”. Popular significa estar nas entradas do povo, no mundo dos pobres. A conotação política é dada num momento de polarização e de guerra. Além da CO-

NIP, existem outras expressões de igreja popular nas regiões sob controle da guerrilha.

TeP - Você pode detalhar mais a influência de d. Romero nessa caminhada?

Astor - Trata-se de uma influência sempre mais forte. Sua herança e seu testamento são estes: a Igreja deve ser capaz de acompanhar o povo até as últimas consequências. E esta Igreja já teve mais de uma dezena de sacerdotes, religiosos e catequistas assassinados. Devemos, nesta caminhada, ser sempre fiéis ao povo e ao Evangelho. E particularmente ao pensamento de d. Romero, nosso profeta e mártir.

TeP - Como vivem os cristãos salvadorenhos na luta de libertação?

Astor - Nossa luta é de esperança. Depois de 50 anos de ditadura militar, a esperança concretiza-se na organização popular e dos grupos político-militares. Esta é a força do povo. Neste contexto, meu povo, crente e explorado, participa da luta. Neste momento, vivemos a angústia da perseguição mas também a esperança, diante da caminhada da libertação. A paixão do Senhor Jesus caminha por El Salvador e, com ela, caminha a esperança da libertação definitiva.

Nas regiões sob controle da FMLN, funciona o poder popular local. É a prática de uma autêntica democracia. O povo elege os seus responsáveis. Estão organizadas áreas de saúde, produção, educação popular, auto-defesa, além de uma área da igreja popular para a prática da religião. Existem horas para a celebração da Palavra, para a Eucaristia, o catecismo das crianças, sempre sob o perigo do bombardeio

NÃO PASSARÃO!



Este selo representa o nosso protesto contra a intervenção militar na Nicarágua



Foto: Luis Carlos Murauskas/Agência Folhas

Astor Ruiz: "Vivemos a angústia da perseguição, mas também a esperança, diante da caminhada da libertação".

dos aviões. O agente pastoral, nessas regiões, tem um valor incalculável. Numa dessas reuniões, foram mortos, recentemente, treze agentes pastorais, por uma bomba lançada de um avião...

Passar hoje uma Bíblia para uma dessas áreas é um grande perigo. Os cristãos revolucionários cuidam de sua Bíblia como um verdadeiro tesouro. O exército guerrilheiro participa das celebrações e os comandantes sempre destacam a presença animadora da igreja popular.

TeP - Quais os temas sempre presentes nessa caminhada de libertação?

Astor - Atualizamos o livro do Éxodo. É a concretização dos Atos dos Apóstolos. A medula da caminhada é a presença de Jesus Cristo. O Éxodo fala da libertação do Povo de Deus e diz que aquilo é como uma imagem. Hoje lutamos contra um faraó que não quer a presença dos pobres e quer matar os nossos filhos. Não quer que nossas mulheres dêem a luz e que os nossos filhos cresçam. Com base no Novo Testamento, vivenciamos a prática da igreja primitiva, não fazendo diferença de pessoas, compartilhando tudo. Na Eucaristia, reparte-se o pão que é reparti-

do em toda a vida. Nesse encontro do Povo de Deus, adquire-se força libertadora, verificando se a nossa caminhada está ou não de acordo com o Evangelho.

No Sermão da Montanha, encontramos a síntese da mensagem de Jesus. As bem-aventuranças têm uma força muito especial. Bem-aventurados os que foram capazes de deixar tudo para trabalhar pelo povo, pela sua libertação. O pobre de espírito é aquele capaz de deixar suas coisas, as pessoas mais queridas - e a sua própria vida - nessa direção. Choramos mas temos certeza de que encontraremos a felicidade. Temos fome e sede de justiça. Possuiremos a terra. Nas regiões sob o controle popular, há muita gente contente por ter conhecido Jesus Cristo. Entendem que estamos subindo a Jerusalém. As primícias da Ressurreição são sentidas com a prática da fraternidade, nessas regiões.

Para nós, não existem duas realidades separadas: a bíblica e a de agora, mas uma só realidade em que nos encontramos com Deus e com o povo.

TeP - De que maneira os evangélicos estão participando dessa luta de libertação?

Astor - Está nascendo um novo modo de ser Igreja, tanto entre os católicos quanto entre os cristãos de outras denominações. Cresce o ecumenismo a partir da prática. Na ditadura do general Romero, em El Salvador, o nosso arcebispo, d. Romero, anunciou que só atenderia a convites para participar de atos oficiais, se fossem apurados os assassinatos dos padres. Nessa época, o governo dava uma verba mensal para a construção da catedral. O general Romero decidiu castigar a Igreja Católica: reuniu os pastores protestantes de várias denominações. E anunciou que a verba destinada à catedral seria, a partir dessa ocasião, repartida entre essas igrejas evangélicas. Levantou-se, então, o pastor batista José Miguel Torres e disse: "Não queremos dinheiro manchado com sangue". Todos se retiraram, corajosamente e procuraram d. Osacar Romero para manifestar solidariedade.

O novo nome do ecumenismo é solidariedade, independentemente de brigas e sectarismo. A prática com os pobres torna possível o encontro dos cristãos. Este encontro inclui, também, o povo não crente. Todos estamos com o povo e recebemos o sofrimento e a perseguição a partir desse lugar.

JOSÉ ANTÔNIO CABRERA, MILITANTE DA FMLN/FDR: "As possibilidades de um triunfo popular são reais em El Salvador"

Entrevista a Dermi Azevedo

José Antônio Cabrera representa a FMLN/FDR (Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional e Frente Democrática Revolucionária), de El Salvador, no Cone Sul. Em visita a São Paulo para contatos com organismos de solidariedade e partidos políticos, ele apresenta uma panorâmica da luta de libertação salvadorenha.

T e P — Quais os principais protagonistas da luta popular em El Salvador?

Cabrera — Na luta de nosso povo, participam os mais amplos setores das forças democráticas, progressistas e revolucionárias. A expressão disso é a FMLN/FDR. Este último é integrado pelo Movimento Popular Social-Cristão, que constituía antes o PDC; o Movimento Nacional Revolucionário que, em El Salvador, é o Partido Social De-

mocrata, dirigido por Guillermo Ungo e o Movimento Independente de Técnicos e Profissionais de El Salvador, que reúne pessoas identificadas com a luta de nosso povo. Integram, também, a FDR, as centrais sindicais, operárias e camponesas, o movimento estudantil, o movimento docente (através da ANDES 21 de Junho, que tem uma grande tradição de luta), setores da Igreja, frentes políticas estudantis e as frentes de massas. Em síntese, a FDR representa a unidade das organizações político-organizativas.

T e P — E a FMLN?

Cabrera — A Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional é a unidade das cinco organizações politico-militares marxistas-leninistas, com a responsabilidade de levar adiante a parte militar da luta. É evidente que a

luta não é unicamente militar mas é, também, política, diplomática, econômica, ou seja, integral. Esta luta realiza-se, de forma aberta, há quatro anos: a guerra, como tal, começou em janeiro de 1981. A luta remonta, porém, a épocas passadas quando se tentou dar uma solução política à problemática salvadorenha. As forças democráticas tentaram, muito tempo, através das eleições, encontrar esta saída. A esquerda ganhou as eleições em 1972 e 1977 mas esses triunfos eleitorais não foram reconhecidos pela ditadura. Pelo contrário: expandiu-se a repressão, aumentaram os crimes e as torturas, fechando-se todas as possibilidades de uma solução pacífica para a crise. Diante desta situação e da escalada repressiva cada vez maior, só restou para as forças democráticas e revolucionárias o caminho da auto-defesa. Por isso entramos em guerra, não porque tivemos decidido por esse caminho, desde o princípio. Mas porque foi o único caminho que nos deixaram.

Antes mesmo de começar a guerra, a FMLN/FDR fizeram o primeiro chamado aos governos salvadorenho e norte-americano para a busca de uma solução política para a crise. Essa tentativa não é, pois, algo recente. É bom lembrar que, em El Salvador, foram assassinadas, nestes quatro anos, mais de 50 mil pessoas, ou seja, 1% da população. Um pouco mais de 1 milhão de salvadorenhos encontra-se em campos de refugiados no exterior e no interior do país, ou seja, 20% da população salvadorenha. Cinquenta por cento da população economicamente ativa encontra-se desempregada. Há quase cinco mil desaparecidos, pessoas que foram presas pela repressão e sobre as quais não há mais notícias. Há mais de 500 presos políticos.

T e P — Neste duro contexto, como têm avançado as forças populares?

Cabrera — No plano político, o regi-



D. Oscar Romero, assassinado. Como ele, mais de 50 mil pessoas.



No plano militar, a FDR/FMLN controlam, neste momento, um terço do território.

me está isolado no interior. No plano militar, a FDR/FMLN controlam, neste momento, um terço do território nacional, já tendo ocasionado às forças inimigas cerca de 20 mil baixas, entre mortos, feridos e prisioneiros. Aumenta o número de territórios sob nossa influência. As possibilidades de um triunfo popular são reais em El Salvador. No processo salvadorenho, aumenta também o papel do governo Reagan, na condução política e militar, com níveis cada vez maiores de intervenção, por parte do Exército e do governo norte-americano.

Os assessores militares norte-americanos em El Salvador estão conduzindo a guerra, do lado inimigo. O embaixador de Washington em San Salvador dá as diretrizes políticas. Nosso país torna-se, pouco a pouco, um protetorado norte-americano. Em resumo, a situação salvadorenha gira em torno de um marco de guerra, de uma situação de duplo poder, de uma sistemática violação dos direitos humanos, de uma inegável crise econômica e da perda cada vez maior da soberania nacional diante dos EUA.

T e P — Nestas condições, como analisa o diálogo entre a guerrilha e o governo?

Cabrera — Em um determinado momento, o diálogo surge como uma manobra política do regime para obrigar as forças populares a se negarem a participar dele. E para arrebatar-nos uma bandeira que deu muitos dividendos, dentro de fora do país. Visava também liberar José Napoleón Duarte de uma série de pressões que recebia interna e externamente. Pretendia, igualmente, dividir a FDR/FMLN. Foi parte, em determinado momento, de movimentos políticos de iniciativa norte-ameri-

cana para criar condições de uma intervenção direta contra nosso povo.

Nós consideramos que o diálogo e a paz em El Salvador são importantes (porque se a guerra continuar, terminará certamente numa intervenção por parte do governo dos EUA), já que o exército salvadorenho está sendo derrotado militarmente. E o governo está perdendo politicamente. Uma invasão norte-americana significará a regionalização da guerra, em toda a América Central. E significará também níveis muito altos de desestabilização para toda a América Latina. Os 50 mil mortos até agora passarão a ser 100, 200, 300 mil, uma vez que enfrentaremos um exército que todos sabem o que fez no Vietnã, caracterizando-se pela crueldade, pelo assassinato, pela total violação dos direitos humanos, pela utilização de armas químicas e desfolhantes.

Tudo isto será também feito em El Salvador. E já começa a ser feito. Não duvidamos de que, no final, a vitória

será nossa. Mas nos perguntamos qual será o custo que teremos de pagar pela liberdade de nosso povo.

T e P — Como a FMLN/FDR analisa as recentes eleições salvadorenhas?

Cabrera — As eleições realizaram-se entre grupos de direita. Uma direita com diferentes colocações. José Napoleón Duarte representa o projeto norte-americano em El Salvador, resumido em "guerra com reformas", ou seja, reprimir e fazer reformas para tirar bases de apoio às forças populares. Se só há repressão, as forças políticas ficam polarizadas na sociedade salvadorenha. A oligarquia salvadorenha é muito primitiva, tremendamente reacionária e é contra a menor reforma. O projeto dessa oligarquia é unicamente guerra. E por isso há contradições entre Duarte e essa oligarquia. São, porém, coincidentes quanto à guerra e à necessidade de derrotar o movimento popular salvadorenho. As eleições refletem isto. O governo Reagan está, lógicamente, interessado em que seu projeto vença. E nós temos a certeza de que não serão feitas mudanças radicais em El Salvador. Duarte é um homem que foi imposto à toda a direita salvadorenha, já que não tem o poder, que está nas mãos de Reagan, do exército de El Salvador e das oligarquias.

Um fato importante deve ser destacado: o exército e a direita não têm condições de derrotar a FMLN/FDR, nem política, nem militarmente. Esta é a causa fundamental dos problemas e contradições dentro do exército e do governo. Compreendem que estão sendo derrotados.

FAÇA A SUA ASSINATURA

Revista
Tempo e Presença

Assinatura anual:

Cr\$ 25.000

Exterior:

América Latina: US\$ 30

América do Norte: US\$ 40

Europa, África e Ásia: US\$ 45

Boletim
Aconteceu

Assinatura anual:

Cr\$ 10.000

Exterior:

América Latina: US\$ 50

América do Norte: US\$ 65

Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação** — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

ÊXODO

A libertação dos oprimidos, tema privilegiado na Bíblia

Milton Schwantes

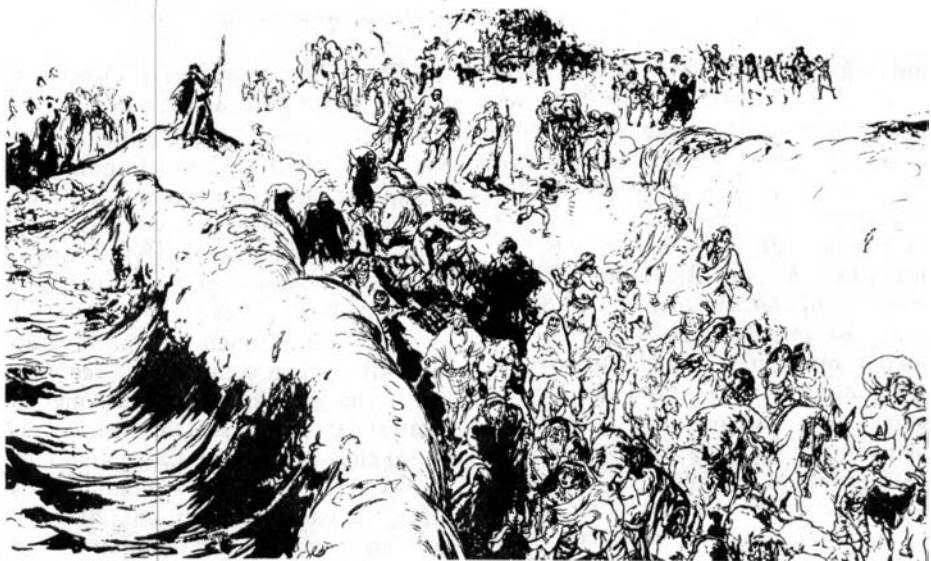
Este assunto está na rua. Libertação é um dos grandes temas de nossos dias. Jamais se falou tanto da Teologia da Libertação. Nos últimos meses não se parou de noticiá-la, criticá-la e defendê-la.

Um dos temas bíblicos que trata da libertação é o êxodo (Ex - 1-15). Estes quinze capítulos certamente se encontram entre os textos bíblicos mais conhecidos dos cristãos da América Latina. Milhares de círculos bíblicos e de comunidades de base são animados pelos textos que falam de Moisés e de seu povo. O êxodo é um tema predileto do povo simples.'

É correto que assim seja? Privilegiar o êxodo não seria manipular a Bíblia? Não seria, no mínimo, unilateral?

De fato, muitos são os temas do Antigo Testamento. Nele se fala de criação e bênção, de aliança e de leis, de monarquia e de templo, de profecia e de sabedoria, de libertação e de obediência. Com que direito se haveria de escolher dentre todos estes justamente o êxodo?

Tratemos de responder! O êxodo é central, mas não porque nós, aqui na América Latina, assim o decidimos. Ele é central no próprio Antigo Testamento. Lá é dada primazia à libertação. Ora, vejamos como isso sucedia. Quando uma criança perguntava pelos motivos que exigiam o cumprimento dos mandamentos, o pai lhe respondia contando da libertação do Egito. Na libertação está a base para a prática dos mandamentos, em especial da justiça (Dt 6.20-25; Ex 20.2). Quando um agricultor levava ao templo algo dos frutos de seu trabalho, recitava a história da libertação. A colheita que fizera era fruto do êxodo (Dt 26.1-11). Sim, a libertação do Egito era o conteúdo



principal do credo dos israelitas. Não só o comprovam os dois textos já mencionados de Dt. 6 e 26. Outras tantas passagens bíblicas o confirmam (por exemplo Js 24: 1 Sm 12.6; Sl 136). E não é nenhum acaso que, no evangelho de Mateus, Jesus percorre a trajetória decisiva de seu povo: desce ao Egito e de lá retorna (Mt 2). Portanto, o êxodo não é um tema entre outros. É o coração do Antigo Testamento. É seu eixo.

Por isso, os primeiros quinze capítulos do livro do Êxodo são de tamanha relevância. Dão detalhes do assunto predileto para o povo da antiga aliança. Começam descrevendo a situação; iniciam pela análise (Ex 1-2). Os descendentes de Jacó nos são apresentados como hebreus. Em todo Antigo Oriente, as pessoas empobrecidas eram chamadas de hebreus. O Êxodo trata, pois, de uma parcela dos pobres do mundo. São submetidos à dura servidão pelo faraó. São obrigados a trabalhos forçados em construções faraônicas. Mas esta opressão não quebra a força dos hebreus. Multiplicam-se. Por

isso, passam a ser ameaçados de morte. Os meninos recém nascidos deveriam ser eliminados. Como se vê, a exploração dos trabalhadores e o genocídio andam de mãos dadas. Apesar disso, os hebreus não se submetem. As parteiras se opõem. As mães resistem. Moisés, filho do povo pobre, mas educado na corte, sensibiliza-se com sua gente sofrida. Porém, toda esta insubmissão leva a pouco. Comunica-se de ações muito individuais. Faltava-lhe Javé. A intervenção de Deus e a organização do povo desencadeiam o processo libertador (Ex 3-6). Decisiva é a intervenção do Deus Javé. Apresenta-se como o Deus que ouve o clamor de seu povo e o liberta (Ex 3.7-8!). O próprio Javé descontina, diante de Moisés, o processo de libertação. Fixa como alvo mais imediato a conquista de um pedaço de chão, onde se possa viver em liberdade. Em vistas a este projeto, Moisés encaixa a organização dos oprimidos. Tarefa árdua! Avanços e recuos são uma constante. Se o projeto dependesse dos hebreus, talvez tivessem permanecido submissos ao faraó. Quem

"O Vaticano e o Governo Reagan"



O lançamento, no Brasil, de "O Vaticano e o governo Reagan", da socióloga argentina Ana Maria Ezcurra, é um importante e oportuno acontecimento editorial. Sua importância resulta da qualidade dos dados que apresenta sobre a convergência de interesses e a coincidência de dis-

cursos entre o projeto de neocristandade do papa João Paulo II e o projeto conservador de Ronald Reagan. E sua oportunidade é demonstrada diariamente no acumular-se de notícias que indicam, de um lado, a tentativa reaganiana de inviabilizar qualquer iniciativa que possa interpretar como ameaçadora aos interesses imperialistas. De outro, pelo tecido retrôgrado, a nível eclesiástico, que é trabalhado, dia após dia, nas antecâmaras da Cúria.

A investigação de Ana Maria (que reside, há vários anos, no México) abre caminho para muitas outras investigações que devem ser feitas por todos os que estão ligados, direta ou indiretamente, à vida das Igrejas na América Latina: questiona a vinculação entre o avanço do neoconservadorismo e a ofensiva contra a Teologia da Libertação; abre caminho para pesquisas mais aprofundadas sobre a manipulação ideológica dos povos latino-americanos por parte de grupos religiosos forâneos (sobretudo dos EUA), identificados sobretudo com corporações desligadas das igrejas tradicionais; chama a atenção para a ação de grupos neo-integrísticos dentro da própria Igreja Católica, como é o caso da "Opus Dei".

Um particular atenção é dedicada, pela autora, ao caso da Nicarágua, submetida, desde o triunfo da Revolução Popular Sandinista, em julho de 1979, a uma multifacetada onda de pressões militares, políticas, econômicas e ideológicas. Neste contexto, as forças da morte (que, infelizmente, encontram apoio de alguns hierarcas religiosos) tentam fazer passar, à opinião pública internacional, a imagem de um suposto conflito Igreja/Estado no país de Sandino. Como demonstra Ezcurra, não existe, naquela nação, esse tipo de conflito.

O que ocorre, na Nicarágua, é um conjunto de contradições entre uma Revolução Popular — em que cristãos e não cristãos deram-se as mãos e derramaram o mesmo sangue e constroem um mesmo projeto — e setores hierárquicos identificados com o antigo projeto burguês e dominador. Esta Igreja que nasce na América Latina contrapõe-se ao modelo autoritário e verticalista ligado a uma estrutura dominadora de poder eclesiásticos. Fere determinados interesses e incomoda. Daí a resistência que, com matizes formalmente diferentes, encontra tanto na Cúria quanto na Casa Branca.

"O Vaticano e o Governo Reagan", novo lançamento da Editora Hucitec e do movimento "Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina", deve ser, portanto, lido e refletido pelas comunidades e lideranças cristãs brasileiras, identificadas com uma presença profética e libertadora dos cristãos neste continente, cujas veias continuam sangrando. É particularmente importante que as pistas lançadas por Ezcurra sejam retomadas por todos nós, na realidade complexa e concreta do Brasil.

(Dermi Azevedo)

CADERNOS DO CEDI

Assembléia de Vancouver



Os principais textos e relatos da Sexta Assembléia do CMI. Cr\$ 10.000

Alfabetização e Primeiras Contas



O processo de elaboração de uma cartilha para seringueiros. Cr\$ 8.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

mantém o processo libertador, é Javé! Desse modo, pouco a pouco, Moisés recebe adesão. Juntam-se Aarão, Miriam, os anciãos e outros mais.

No entanto, para sair da opressão, não bastava a boa vontade dos hebreus. Fazia-se necessário o consentimento do opressor, do faraó (Êx 7-12). Os hebreus escravizados rendiam lucros. Por isso o regime faraônico primava em opor-se à perda daquela mão-de-obra preciosa e barata. Prodigio nenhum muda o faraó. Sinais maravilhosos — como o da água transformada em sangue, das rãs, dos gafanhotos e tantos outros — endurecem o regime. Algumas pragas momentaneamente forçam faraó a ceder. Mas logo a seguir o soberano volta atrás. Estes relatos sobre os sinais (ou as pragas) são muito impressionantes. Trata-se de um tipo de liturgia sobre o poder. Nela se celebra a incapacidade de os detentores do poder libertarem os pobres. Para faraó não há conversão! — Por fim, também a saída é decidida por Deus (Êx 13-14). Em meio à confusão que se estabelece por ocasião da última praga, a morte de primogênitos, os hebreus meio fogem, meio saem preparados para a luta. Mas, não há combate. Javé luta pelos hebreus (14.25!). E o faz em meio a sinais estupendos. Há verdadeira exuberância no cenário milagroso da saída: ventos sopram, águas se abrem, rodas emperram. Tudo em favor dos hebreus oprimidos. — Os hebreus tão-somente celebram (Êx 15). Festejam a vitória, as mulheres a frente. Num breve refrão — provavelmente uma das passagens bíblicas mais antigas — expressam o mais importante: "Cantai a Javé, porque gloriosamente triunfou e precipitou no mar cavalo e seu cavaleiro" (Êx 15.21).

Esta libertação dos hebreus da "casa da servidão" (Êx 20.2) foi contada aos olhos da fé. Conhece o filão mais profundo que animou os hebreus. Não é mera historiografia que se restringe a entender o que se vê. Em Êx 1-15 a libertação é mística da fé.

O êxodo dos hebreus é exemplar. Aglutina muitas experiências semelhantes. Por ser assim paradigmático, é atual. A libertação dos oprimidos é um assunto que, hoje, está nas ruas.

Milton Schwantes é pastor luterano, professor da Faculdade de Teologia de São Leopoldo e coordenador do Centro de Estudos Bíblicos — CEBI.

UM SEBASTIÃO, LAVRADOR

Carlos Rodrigues Brandão

Vinte e oito de agosto, oitenta e quatro
na aurora da noite e dentro da morada
mataram a tiros Sebastião Rosa da Paz.
Semente cedo atirada contra o chão,
o corpo adormecido, um fino fio de sangue
e o silêncio depois, parceiro da tocaia.
Um pássaro voa, a noite quente é calma,
há sossegos e rosas no jardim. Há paz.
Colheu ali a morte um homem? Um irmão?

Era alto e magro, os dedos longos,
esguio e leve: um lavrador goiano.
Manso, acordava cedo e como os outros
plantava arroz, colhia sal: o amargor.
Cantava hinos e modas de viola. Artista atento
era alegre e sanfoneiro. Entre irmãos iguais
ponteava a vida e o vilão. Foi fiel devoto
de uma luta sem fim. Um lavrador
armado de fé, enxada e sofrimento.

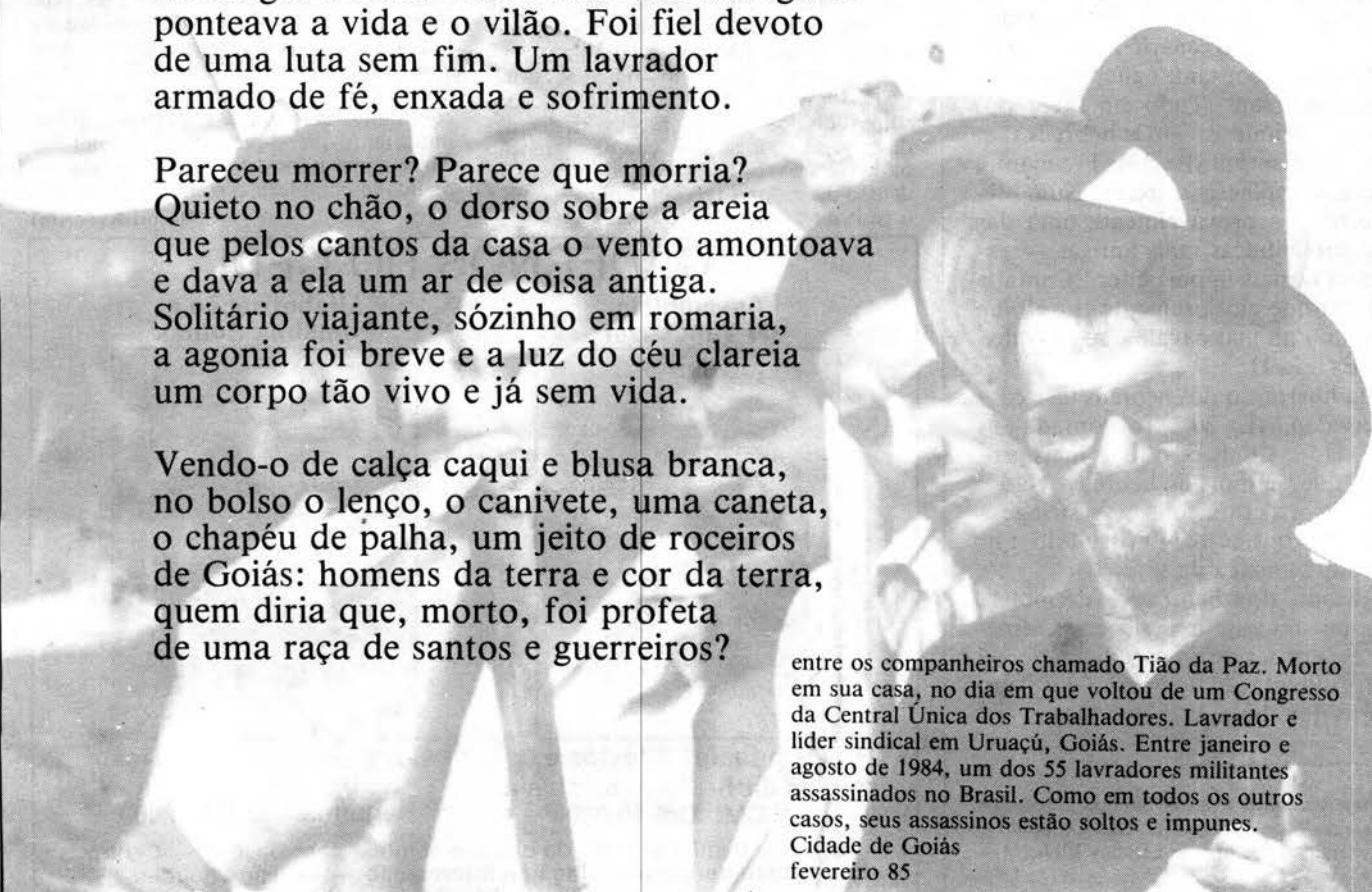
Pareceu morrer? Parece que morria?
Quieto no chão, o dorso sobre a areia
que pelos cantos da casa o vento amontoava
e dava a ela um ar de coisa antiga.
Solitário viajante, sózinho em romaria,
a agonia foi breve e a luz do céu clareia
um corpo tão vivo e já sem vida.

Vendo-o de calça caqui e blusa branca,
no bolso o lenço, o canivete, uma caneta,
o chapéu de palha, um jeito de roceiros
de Goiás: homens da terra e cor da terra,
quem diria que, morto, foi profeta
de uma raça de santos e guerreiros?

Sebastião Rosa da Paz
se chamava
até às 8 horas da noite
quando explicava
aos assassinos
sem rosto,
o direito à vida
e a cidade mergulhou
num rio de treva.

Pedro Tierra
A Morte e a Morte Violenta
de Sebastião Rosa da Paz

Foto: T.D.C.



entre os companheiros chamado Tião da Paz. Morto
em sua casa, no dia em que voltou de um Congresso
da Central Única dos Trabalhadores. Lavrador e
líder sindical em Uruaçú, Goiás. Entre janeiro e
agosto de 1984, um dos 55 lavradores militantes
assassinados no Brasil. Como em todos os outros
casos, seus assassinos estão soltos e impunes.
Cidade de Goiás
fevereiro 85